



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O aumento do Capital Social por incorporação de suprimentos

Rafaela Valente Pereira

Faculdade de Direito | Escola do Porto
2018

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O aumento do Capital Social por incorporação de suprimentos

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica Portuguesa-
Centro Regional do Porto, para obtenção do Grau de Mestre em Direito e
Gestão.

Rafaela Pereira

Orientadora: Professora Doutora Daniela Farto Baptista

Faculdade de Direito | Escola do Porto
2018

Para os meus pais.

A actividade social chamada comércio, por mal vista que esteja pelos teóricos de sociedades impossíveis, é contudo um dos dois característicos distintivos das sociedades chamadas civilizadas. O outro característico distintivo é o que se denomina cultura.

(Fernando Pessoa)

Aos meus pais, por todo o amor, dedicação e apoio incondicional.
Ao meu irmão, por me alegrar, incondicionalmente, todos os dias.
Ao Jorge, por tudo e um obrigada nunca será suficiente!
Ao meu patrono, Dr. Jorge Stella da Silva, por todo o apoio, liberdade
concedida e compreensão neste meu percurso.
Aos amigos, por todos os momentos e palavras de apoio.
À minha orientadora, Prof. Dr^a. Daniela Baptista, por todos os conselhos e
disponibilidade.

RESUMO

O objetivo da presente dissertação consiste em analisar o aumento do capital social através da incorporação de suprimientos, agora permitido pelo DL. n.º79/2017, de 30 de Junho.

Em primeiro lugar, abordaremos a figura do contrato de suprimientos. A sua noção, o seu regime legal, as suas características, distinguindo-os de outras figuras que lhes sejam próximas.

Seguidamente, e pela sua essencialidade, falaremos no capital social, passando pela sua noção, pelos seus princípios e funções.

Estando em causa o aumento do capital social, torna-se importante fazer uma referência à obrigação de entrada por parte dos sócios, o seu valor mínimo e a necessidade de financiamento que esse mesmo valor poderá desencadear.

Por último, faremos uma análise ao referido DL.79/2017. Identificaremos as alterações por ele introduzidas e as dúvidas que com elas surgiram, as quais pretendemos responder.

Palavras-chave: Capital social, Aumento do capital social, Contrato de suprimientos.

ABSTRACT

The present dissertation consists of analyzing the social capital increase through the incorporation of shareholder loan, now allowed by the Dl. n.º79/2017 of 30 June.

First of all, we will look at shareholder loan agreement. What it is, the legal regime and their characteristics, distinguishing them from other forms that may be close.

Next, and by its importance, we will speak in social capital, passing through its notion, principles and functions.

With regard to the increase of the social capital, it is also important to make a reference to the obligation of entry by the members, their minimum value and the need for financing that the same amount can generate.

Finally, we will make an analysis to Dl. n.º79/2017, identifying the changes introduced by it and the doubts that arose, which we intend to answer.

Key words: Social capital, Social capital increase, Shareholder loan (agreement).

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
INTRODUÇÃO	12
1. O CONTRATO DE SUPRIMENTOS	13
1.1. ABORDAGEM HISTÓRICA	13
1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL	14
1.3. DISTINÇÃO DE SUPRIMENTOS DE FIGURAS AFINS	16
1.4. CARACTERÍSTICAS DOS SUPRIMENTOS	20
1.5. O PRAZO DE REEMBOLSO DOS SUPRIMENTOS	23
1.6. A APLICABILIDADE DO REGIME DO CONTRATO DE SUPRIMENTOS A OUTROS TIPOS DE SOCIEDADES	25
2. CAPITAL SOCIAL.....	26
2.1. NOÇÃO.....	26
2.2. DISTINÇÃO ENTRE CAPITAL SOCIAL E PATRIMÓNIO SOCIAL.....	31
2.3. FUNÇÕES DO CAPITAL SOCIAL	32
2.3.1. <i>Funções ad extra</i>	33
2.3.2. <i>Funções ad intra</i>	34
3. A OBRIGAÇÃO DE ENTRADA, O VALOR MÍNIMO E A CONSEQUENTE NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO.....	34
4. O DECRETO-LEI N.º 79/2017, DE 30 DE JUNHO	36
4.1. O ART. 87.º DO CSC.....	37
4.2. A EFICÁCIA INTERNA DO AUMENTO DO CAPITAL (ART. 88º DO CSC)	39
4.3. O PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO	39
4.4. AS CRÍTICAS AO NOVO PROCEDIMENTO E A POSIÇÃO DOS SÓCIOS MINORITÁRIOS – VANTAGEM OU DESVANTAGEM?.....	41
4.5. QUE SUPRIMENTOS ESTÃO PREVISTOS NESTAS ALTERAÇÕES?	43
4.6. O PROBLEMA DO VALOR DA ENTRADA A CONSIDERAR PARA EFEITOS DO AUMENTO DE CAPITAL	45
4.6.1. <i>Responsabilidade pelo erro na avaliação da entrada</i>	45
4.7. APLICABILIDADE DO NOVO PROCEDIMENTO ÀS SA.....	46
CONCLUSÃO	47
BIBLIOGRAFIA.....	48
JURISPRUDÊNCIA.....	52

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AA.	- Autor
Ac.	- Acórdão
Art. (arts.)	- Art. (arts.)
AG	- Assembleia Geral
BMJ	- Boletim do Ministério da Justiça
CC	- Código Civil
CCom.	- Código Comercial
Cf.	- Confrontar
CIRE	- Código de Insolvência e da Recuperação de Empresas
CSC	- Código das Sociedades Comerciais
CS	- Capital social
DL.	- Decreto-lei n.º
Ed.	- Edição
GmbH	- Gesellschaft mit beschränkter haftung
I.e.	- Isto é
IRN	- Instituto de Registos e Notariado
N.º	- Número
nt.	- nota
Ob. Cit.	- Obra citada
P.	- página(s)
ROC	- Revisor Oficial de Contas
SA	- Sociedade anónima
SNC	- Sistema Normativo Contabilístico
S.N.C	- Sociedade em nome coletivo

SQ	- Sociedade por quotas
ss.	- seguintes
STJ	- Supremo Tribunal de Justiça
TCAS	- Tribunal Central Administrativo do Sul
TRP	- Tribunal da Relação do Porto

ADVERTÊNCIA

Ao longo da presente dissertação, os artigos em que não se faça referência ao diploma legal a que pertencem, dizem todos respeito ao Código das Sociedades Comerciais (CSC).

INTRODUÇÃO

O tema da dissertação de mestrado sobre o qual nos propomos refletir, relaciona-se com o mais recente procedimento de aumento de capital social. Em 30 de Junho, pelo DL.79/2017, foi aprovada a conversão de suprimentos em capital social. Trata-se de uma medida inserida no âmbito do Programa Capitalizar, programa que, na sua essência, visa fundamentalmente a simplificação e agilização de diversos processos no seio das empresas.

O contrato de suprimentos é uma das mais antigas formas de financiamento da sociedade, sendo hoje encarado como um mecanismo de combate a problemas de falta de liquidez das sociedades comerciais. É, assim, um meio contratual especial de financiamento da sociedade pelos seus sócios. Hoje, os sócios que tenham realizado este tipo de contrato com a sociedade podem, verificados determinados pressupostos, converter esses suprimentos em capital social.

Trata-se de uma inovação legislativa no nosso ordenamento jurídico e, sendo essa a principal razão que nos levou à escolha deste tema, na presente dissertação propomo-nos ao estudo deste novo procedimento.

Poderão todos os sócios desencadear um aumento de capital social por incorporação de suprimentos? Que tipo de suprimentos estão previstos? Será necessária a concordância de todos os sócios para que se possa levar avante este aumento de capital? A que tipos sociais se aplicam estas alterações? A que tipo de entrada dizem respeito os suprimentos? É, efetivamente, um procedimento vantajoso?

São essencialmente estas as questões que pretendemos responder, quer pela análise das alterações introduzidas pelo DL.79/2017, de 30 de Junho, nomeadamente, aos arts.87.º e 89.º do CSC, quer pela investigação doutrinal e jurisprudencial.

1. O CONTRATO DE SUPRIMENTOS

1.1. ABORDAGEM HISTÓRICA

Pode ler-se no CSC, no art.243º/1, que se considera “contrato de suprimentos o contrato pelo qual o sócio empresta à sociedade dinheiro ou outra coisa fungível, ficando aquela obrigada a restituir outro tanto no mesmo género e qualidade, ou pelo qual o sócio convencionou com a sociedade o diferimento de créditos seus sobre ela, desde que, em qualquer dos casos, o crédito fique tendo carácter de permanência”.

No fundo, o contrato de suprimentos é uma das formas que os sócios têm de financiar a sociedade, que ao longo dos anos se mostrou muito útil, nomeadamente em momentos de crise financeira, como a que nos últimos anos se debateu por toda a Europa. As razões para se recorrer aos suprimentos não se esgotam aqui. Afinal, não são só fonte da crise empresarial as crises financeiras que vão existindo pelo mundo. Uma empresa, independentemente do estado financeiro do país onde se encontra, pode sentir a necessidade de se financiar ou até mesmo de desenvolver ou expandir a atividade social¹.

Tal como JOÃO AVEIRO PEREIRA² enuncia a “insuficiência económica nem sempre é ocasional ou passageira, muitas vezes revela-se mesmo congénita e estrutural.” Exemplo disso são as sociedades que se constituem com o capital mínimo legal, o que se mostra insuficiente tendo em conta o objeto da sociedade, encontrando-se assim, estas sociedades, numa situação de subcapitalização³.

¹ MEIRA, Deolinda Maria Moreira Aparício (2005) – “O contrato de suprimentos enquanto meio de financiamento da sociedade”, *Revista de Ciências Empresárias*, Vol. 2, p. 140

²PEREIRA, João Aveiro (2001) – *O contrato de suprimentos*. 2ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, p. 19

³A subcapitalização, indiscutivelmente, verifica-se em muitas sociedades de capitais, sendo um problema bastante atual da proteção dos credores. O legislador impõe um capital mínimo, abstrato e geral e, na falta de um critério económico, seguro e generalizável, não estabelece qualquer regra jurídica de adequação do capital ao objeto da sociedade. Há quem encare a subcapitalização como um preço a pagar pelas vantagens económicas resultantes da liberdade de iniciativa económica e da liberdade de financiamento das sociedades. Esta liberdade de financiamento das sociedades leva a que os sócios criem um “ciclo vicioso” entre a subcapitalização e a possibilidade de, mais tarde, efetuarem suprimentos ou de garantirem financiamento com capital alheio. Ou seja, os sócios como sabem que mais tarde podem financiar a sociedade, quer diretamente (através de suprimentos), quer através de capital alheio, no momento da constituição da sociedade realizam entradas num montante insuficiente para a prossecução do seu fim social. A.MOTA PINTO, adaptando a fórmula de P. HOMMELHOFF (que nos diz que a subcapitalização se trata de uma desproporção entre o capital próprio e as reais necessidades de capital próprio da empresa), define subcapitalização como “a situação de uma sociedade cujo capital próprio (incluindo o capital social e as reservas) é insuficiente face às suas reais necessidades desse tipo de capital, tais como resultam do tipo, volume e riscos da atividade social” – in PINTO, Alexandre Mota (2002), *Do Contrato de Suprimento. O financiamento da sociedade entre capital próprio e capital alheio*, Almedina, 1ª. ed.. Note-se que para se verificar

PAULO OLAVO CUNHA⁴ define a subcapitalização como “insuficiência de capitais ou meios financeiros para a prossecução de um determinado objetivo – nos termos em que foi traçado -, que pode consistir na normal realização da atividade social”.

Na realidade, no nosso ordenamento jurídico, é através de suprimentos que usualmente os sócios combatem a subcapitalização, o que, em certo modo se justifica. Foram os sócios que no momento da constituição da sociedade não a dotaram de um CS adequado, pelo que se mostra natural que sejam os mesmos a garantir a “solvência da sociedade e a satisfação dos interesses dos credores”⁵.

Contudo, os suprimentos não são uma figura dos dias de hoje. Pode constatar-se pela lei⁶, que o recurso aos suprimentos é tão antigo quanto as sociedades comerciais.

1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A figura contratual do contrato de suprimentos surge com a entrada em vigor do CSC, aprovado pelo DL.262/86 de 2 de Setembro.

Da leitura do art.243.º/1, do atual CSC, pode concluir-se que existem duas modalidades de suprimentos: aquela pela qual o sócio empresta dinheiro ou outra coisa fungível à sociedade, ficando esta obrigada outro tanto no mesmo género e qualidade e, ainda, aquela pela qual o sócio convencionou com a sociedade o diferimento de créditos seus sobre ela.

uma eventual subcapitalização deve ter-se em conta todo o seu capital próprio e não apenas o seu capital social, uma vez que o capital próprio embora englobe o capital social, é composto por vários outros valores. É sobretudo nas SQ que se manifesta o risco de subcapitalização, não só em Portugal, mas um pouco por toda a Europa; o que nos leva a concluir que o mínimo exigido na maioria dos ordenamentos jurídicos europeus não é suficiente para fazer face a este problema. Em países como Portugal, Grécia, França ou Bulgária não se prevê um capital social mínimo, mas sim um valor nominal mínimo das quotas, que ronda os 2€ - é o que designamos de capital social livre, previsto no nosso ordenamento jurídico no art 201.º do CSC. Esta não exigência de capital mínimo ou a previsão de mínimos de 1€, 2€, não promovem também a subcapitalização? No nosso entendimento sim e é posto em causa o princípio da proteção dos credores. Mas a doutrina divide-se, havendo quem defenda a não existência de um capital social mínimo. Neste sentido, para fazer face ao problema da subcapitalização, esta doutrina defende que se deve recorrer à figura da desconsideração da personalidade jurídica – para um melhor entendimento *Vd. RIBEIRO, Maria de Fátima – A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a "Desconsideração da Personalidade Jurídica* (Teses de doutoramento), Almedina, 2016.

⁴CUNHA, Paulo Olavo (2012) – *Direito das Sociedades Comerciais*, 5ª ed., Coimbra: Almedina, p. 262.

⁵PEREIRA, João Aveiro (2001) – *O contrato de suprimentos*. 2ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, p. 43

⁶*Vd. Código Ferreira Borges* (1833) www.fd.unl.pt/anexos/investigacao/3972.pdf (Consult. 3/mai/2018).

Mas, atente-se ao nº 5 do mesmo art.: “fica sujeito ao regime de crédito de suprimentos o crédito de terceiro contra a sociedade que o sócio adquira por negócio entre vivos (...)”.

Não deve considerar-se esta uma terceira modalidade do contrato de suprimentos. Na verdade, não estão em causa nenhuns suprimentos. Este preceito, nas palavras de COUTINHO DE ABREU, visa prevenir a defraudação do regime legal dos suprimentos. Não introduz qualquer modalidade do contrato de suprimentos, uma vez que não existe acordo entre a sociedade e o sócio. Trata-se, somente, de casos em que, por força da lei, certos créditos de sócios ficam sujeitos ao regime dos suprimentos.⁷ Por outro lado, PUPO CORREIA considera a “aquisição pelo sócio de um crédito de terceiro sobre a sociedade, com vencimento diferido, por negócio entre vivos” uma terceira modalidade do contrato de suprimentos⁸. Inclino-nos para a solução apontada pelo primeiro AA., por não contrariar de forma alguma a própria definição de contrato de suprimentos e uma das suas principais características: a qualidade das partes. I.e., aceitamos que os créditos sobre a sociedade adquiridos pelos sócios a terceiros, preenchidos os requisitos necessários (nomeadamente, o carácter de permanência) possam ser submetidos ao regime de suprimentos, mas não aceitamos que se trate de um verdadeiro contrato de suprimentos, já que a origem destes créditos não preenche o requisito da qualidade das partes.

A prestação de suprimentos é, à partida, facultativa. No entanto, existe a possibilidade de a obrigação de prestação de suprimentos ter por fonte o próprio estatuto social ou uma deliberação dos sócios ao invés de um contrato autónomo (art.244.º/1). Tratando-se de uma imposição dos sócios através do pacto social (contrato de sociedade), como obrigação acessória, ficará sujeita ao regime do art.209.º.

Para MENEZES CORDEIRO⁹, o contrato de suprimentos é um mútuo especial, pela patente proximidade entre o art.1142º do CC e o art.243.º/1. No entanto, aceita que se tratam de dois institutos autónomos, a começar pela forma (os suprimentos

⁷ABREU, Jorge Manuel Coutinho (2014) – *Curso de Direito Comercia, Vol. II*. 4ª ed., Coimbra: Almedina, p. 336-337.

⁸CORREIA, Miguel J. A. Pupo e outros (2009) – *Direito Comercial – Direito da Empresa*. 11.ª ed., Lisboa: Ediforum, p. 223-226.

⁹CORDEIRO, António Menezes (2007). *Manual de Direito das Sociedades - das Sociedades em especial* (2ª ed., Vol. II). Almedina, p.296

não estão sujeitos a qualquer forma especial) até às regras específicas dos suprimentos (art.245.º) que elucidam os desvios relativamente ao mútuo.

1.3. DISTINÇÃO DE SUPRIMENTOS DE FIGURAS AFINS

Durante muito tempo, ao falar-se de suprimentos havia quase que uma equiparação automática ao empréstimo.

SANTOS LOURENÇO definia suprimentos como “*as importâncias complementares que os sócios fornecem quando o capital é insuficiente para as despesas de exploração e que constituem dívidas da sociedade, exigíveis nas condições dos contratos que as originaram*”. Por sua vez, nas palavras de CUNHA GONÇALVES, “*o capital com que o sócio contribui, e que compõe a sua quota, não deve ser confundido com o que ele empresta ou desembolsa por conta da sociedade, e que se costuma designar suprimentos à caixa. Estes suprimentos não constituem aumento de CS; mas sim um débito da sociedade. Eles são capital somente como soma de dinheiro; e pertencem a quem os faz, não a título de sócio, mas sim como credor*”. ROGÉRIO FERREIRA, que analisou a palavra suprimentos do ponto de vista semântico, dizia que se tratava de “*acto ou efeito de suprir, de juntar o que falta para completar (...) vindo a significar especialmente financiamentos feitos pelos sócios às suas empresas, a título de empréstimo, quando o capital próprio se revela insuficiente para o efeito e a empresa prefere, por razões de ordem económica ou financeira ou outras, não recorrer ao mercado de capitais*”¹⁰.

Antes do CSC, o contrato de suprimentos não tinha um regime específico, sendo tido como um contrato de mútuo e, portanto, ficava sujeito à disciplina dos arts. 394º e 396º do CCom.¹¹, desde que os dinheiros cedidos fossem destinados à prática de atos de comércio¹².

¹⁰LOURENÇO, Santos (1926) – *Das Sociedades por Quotas*, Livraria Moraes, Lisboa, vol. 1.º, p.238; GONÇALVES, Luiz da Cunha - *Comentário ao Código Comercial Português*, Empresa Editora J.B., Lisboa, 1914, p.721 e FERREIRA, Rogério – “O Conceito de Suprimento e o Código do Imposto de Capitais”, *Ciência e Técnica Fiscal*, n.º59, 1963, p.773 *apud* PEREIRA, João Aveiro (2001) – *O contrato de suprimentos*. 2ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, p. 49-50

¹¹Vd. *Código Commercial* in *Diário do governo* – Anno 1888 – Numero 203 www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/sections/leis-da-justica/pdf-ult/codi-comercial-de-1888/downloadFile/file/CodComercial.pdf?nocache=1188821262.8, Consult. em 1/mai/2018.

¹²MEIRA, Deolinda Maria Moreira Aparício (2005) – “O contrato de suprimentos ...” *ob. cit.*..., p. 150.

No mesmo sentido, a jurisprudência, nomeadamente o Ac. do STJ de 29 de Julho de 1952, onde pode ler-se o seguinte: “(...) os discutidos suprimentos, que o art.º 17.º do pacto social admite, constituem genuínos contratos de empréstimos, tal como são definidos pelo art.º 506.º do Código Civil, sujeitos, contudo, à disciplina do art.º 394.º e seguintes do Código Comercial, visto deverem considerar-se mercantis, em virtude de os dinheiros cedidos se haverem destinado a possibilitar a prática de actos de comércio à firma (...)”¹³.

Esta equiparação dos suprimentos à figura do empréstimo perdeu a sua força, isto porque não se revelava suficiente na tutela dos credores sociais (que não os sócios que eram credores por força dos suprimentos).

Tornou-se evidente que os sócios credores de suprimentos não poderiam ser tratados de igual forma aos restantes credores sociais. Note-se que estes sócios credores têm uma relação privilegiada com a sociedade, na medida em que conhecem, ou têm a oportunidade de conhecer, bem a sua organização. Seria, então, no mínimo, injusto que houvesse uma igualdade de tratamento entre estes sócios credores e os restantes credores sociais, ou até mesmo que houvesse prejuízo para estes últimos.

A doutrina alemã, desde cedo se apercebeu deste facto. Assim, o projeto governamental alemão para uma lei das sociedades de responsabilidade limitada (GmbH-Gesetz), apresentado ao Parlamento em 1972 e 1973, no seu §49 consagrava o seguinte: “Se um sócio, num momento em que os outros sócios, como ordenados comerciantes, teriam atribuído à sociedade capital próprio, lhe concedeu, em vez disso, um mútuo, não pode fazer valer, no concurso sobre o património da sociedade (...) a pretensão da restituição do mútuo. Isto vale especialmente quando o mútuo serviu para afastar ou adiar a incapacidade de pagamentos na sociedade...”¹⁴.

O legislador alemão, em 1980, acrescentou dois novos parágrafos à GmbH-Gesetz, sendo que o n.º 1 do §32 determinava que o sócio que tivesse feito um empréstimo a uma sociedade, quando comerciantes diligentes teriam entrado com capital próprio, só poderia exigir o seu crédito, em caso de falência da sociedade, como credor subordinado.

¹³BMJ, n.º 32 (Setembro de 1952) – *Ac. STJ de 29 de Julho de 1952* – 319-323 (321).

¹⁴PEREIRA, João Aveiro (2001) – *O contrato de suprimentos ... ob. cit.*, p. 51-52

Para além disso, a equiparação dos suprimentos ao empréstimo falhava, desde logo, quando analisadas as modalidades dos suprimentos. Nem sempre se trata da entrega de dinheiro ou coisa fungível. Era recorrente, por exemplo, suprimentos na forma de não levantamento de lucros distribuídos.

MENEZES CORDEIRO, diz-nos, ainda, que “os suprimentos devem distinguir-se das figuras afins, designadamente das prestações acessórias e das prestações suplementares (...)”¹⁵.

Estas três figuras dizem respeito a contribuições dos sócios para além das suas entradas para o CS.

As prestações suplementares e as prestações acessórias têm em comum o facto de serem prestações realizadas em cumprimento de obrigações sociais que acrescem à obrigação de entrada. Por seu turno, os suprimentos são “contribuições voluntárias”, resultando de obrigações assumidas voluntariamente para além das obrigações sociais.

A lei regula as prestações suplementares e os suprimentos a propósito das SQ (art.210.º e ss., e 243.º e ss., respetivamente), embora existam AA. que defendem a aplicabilidade destas figuras também às SA.

Enquanto que a obrigação de efetuar prestações acessórias resulta diretamente do contrato de sociedade (art.201.º/1 e 207.º/1), a obrigação de efetuar prestações suplementares depende de uma posterior deliberação dos sócios (art.210.º/1 e art.211.º/1).

As prestações suplementares têm sempre por objeto o dinheiro (art.210.º), ao passo de que as prestações acessórias podem ser pecuniárias ou não pecuniárias (neste último caso, os direitos das sociedades relativamente a estas obrigações são intransmissíveis), conforme dispõem os arts.209.º/2 e 287.º/2 do CSC. Os suprimentos têm sempre por objeto dinheiro ou outra coisa fungível (art.243.º/1).

¹⁵Relativamente à equiparação dos suprimentos ao mútuo, o AA. vai mais longe, dizendo que o contrato de suprimentos se distingue do mútuo comum, na medida em que representa um contributo permanente (ou prolongado) do sócio para a sociedade. *in* CORDEIRO, António Menezes – *Manual de Direito ...*, *ob. cit.*..., p.300.

As prestações suplementares e os suprimentos são caracterizados pela onerosidade, originando sempre créditos sobre a sociedade (art.213.º e art.243.º/1)¹⁶. As prestações acessórias podem ser onerosas ou gratuitas¹⁷.

Enquanto que as prestações acessórias e os suprimentos podem, ou não, ser remunerados, dependendo do que for convencionado (arts.209.º/3, 287.º/3 e 243.º/1), as prestações suplementares não são, de todo, remuneradas (art.210.º/5).

Em termos de restituição, as prestações suplementares para serem restituídas dependem de uma deliberação dos sócios (art.213.º/2), que apenas pode ser tomada se o sócio que efetuou a prestação já tiver liberado a sua quota e se, por força da restituição, a situação líquida não se tornar inferior ao somatório do CS com as reservas legais (art.213.º/1). Também a restituição dos suprimentos é fortemente condicionada. Na ausência de prazo de reembolso, cabe ao tribunal a fixação do mesmo e de que, em caso de insolvência, os suprimentos só podem ser reembolsados depois de pagos os outros credores, conforme resulta do art.245.º. No caso das prestações acessórias, quando estas sejam onerosas, os preceitos legais relevantes determinam a aplicação das regras sobre os tipos contratuais a que, concretamente, as estipulações se reconduzam (arts.209.º/1 e 287.º/1), e das regras que determinam que a contraprestação pode ser paga independentemente da existência de lucros de exercício (arts.209.º/3 e 287.º/3).

O incumprimento da obrigação de efetuar prestações suplementares é sancionado com a perda (total ou parcial) da quota e, eventualmente, com a exclusão do sócio da sociedade (arts.212.º/1, 204.º e 205.º). O incumprimento da obrigação de efetuar prestações acessórias e o da obrigação de efetuar suprimentos não tem na lei qualquer sanção¹⁸.

¹⁶A onerosidade das prestações suplementares resulta das regras de restituição, enquanto que, no caso dos suprimentos, a onerosidade é resultado da própria natureza da figura.

¹⁷RUI PINTO DUARTE diz-nos que a terminologia legal não foi inteiramente feliz, considerando que as prestações acessórias nunca são gratuitas, porquanto nunca correspondem a uma liberalidade. I.e., as prestações acessórias podem ter uma contrapartida direta ou não, tratando-se o primeiro caso aquele ao qual a lei atribui a característica da onerosidade. Não havendo contrapartida direta, a lei atribui a característica da gratuidade. *in Escritos sobre Direito das Sociedades*, Coimbra Editora, 2008.

¹⁸Apesar de não haver, na lei, sanção para o incumprimento da obrigação de efetuar prestações acessórias e da obrigação de efetuar suprimentos, parece não existir nada que obste a que, pelo menos nas SQ, se preveja nos estatutos da sociedade que tal incumprimento seja fundamento da exclusão ou amortização da quota (cf. arts.209.º n.º4, 287.º n.º4, 241.º n.º1, 232.º n.º1 e 233.º n.º1, todos do CSC)

Contabilisticamente, as prestações suplementares são elemento integrante do capital, ao passo de que os suprimentos integram o passivo. Quanto às prestações acessórias o SNC nada refere¹⁹.

Para finalizar, sublinhe-se, ainda, relativamente aos suprimentos, a impossibilidade de as sociedades constituírem garantias reais para cobrirem os créditos deles resultantes (art.245.º/6) e o facto de os seus titulares não poderem, com base neles, requerer a insolvência da sociedade (art.245.º/2).

1.4. CARACTERÍSTICAS DOS SUPRIMENTOS

Desde logo, se percebe que uma das características essenciais do contrato de suprimentos é a qualidade das partes. Não podendo ser outras, tem necessariamente que existir por um lado a sociedade e por outro o sócio. Como já vimos, não são considerados contratos de suprimentos o contrato entre a sociedade e um terceiro, ou entre um terceiro e o sócio.

O carácter de permanência é a outra característica essencial do contrato de suprimentos.

O legislador considerou necessário impor à relação contratual uma certa consistência e estabilidade por forma a assegurar os interesses da sociedade, mas também dos credores não sócios. Para tal fixou um limite temporal mínimo de um ano, limite esse que vai determinar a qualificação do crédito que o sócio põs à disposição da sociedade como suprimentos. Por outras palavras, o crédito só adquire a qualidade de suprimentos se cumprido esse limite temporal mínimo de um ano. Trata-se, portanto, do índice de carácter de permanência.

Mas porquê um ano? Dois anteprojetos debateram esta questão, o de FERRER CORREIA e o de RAÚL VENTURA. O primeiro defendia o limite temporal mínimo de dois anos e o segundo defendia o limite de um ano. Prevaleceu este último, com a simples justificação de que um ano corresponde a um exercício económico-contabilístico e que, normalmente, a vida de um crédito se encerra num exercício social. Esta justificação, na nossa opinião, não é viável, na medida em que consideramos que não é, de todo, esta “normalidade” que impera nos exercícios

¹⁹Apesar de o SNC não fazer referência às prestações acessórias: quando o seu objeto for dinheiro e o regime dos estatutos assegura que as mesmas não são remuneradas e que a sua retirada não é fácil, a prática contabilística é a de as considerar elemento integrante do capital, como sucede com as prestações suplementares.

económico-contabilísticos relativamente a créditos. Isto porque, como bem refere JOÃO AVEIRO PEREIRA²⁰, basta que se constitua o crédito a meio de um período económico-contabilístico para que os suprimentos não se reportem a um único exercício, o que deverá acontecer com uma frequência acentuada. Parece-nos muito irreal que os créditos de que a sociedade necessite ou venha a necessitar, sejam desde logo estipulados no início do ano contabilístico, para que este tipo de justificação possa valer. Basta que pensemos na vida societária como na “vida” no mais puro sentido da palavra; as necessidades vão aparecendo e sendo colmatadas conforme surjam.

No entanto, considerando aqui os interesses em causa (os da sociedade, os dos sócios e, ainda, os dos credores não sócios), para uns o prazo de um ano parecerá “demasiado” longo, para outros nem tanto e até, provavelmente, desejariam um prazo mais longo. Quer dizer, para a sociedade e para os outros credores (credores não sócios) o prazo de um ano parecerá então longo, pois desejarão que o crédito fique o mais rapidamente possível sujeito ao regime dos suprimentos. A sociedade pelo facto de querer dispor do financiamento durante mais tempo e com uma maior estabilidade. Os credores externos porque ficando o crédito submetido ao regime dos suprimentos, este deixará de concorrer com os seus créditos numa situação de insolvência ou de dissolução da sociedade, o que acarreta para estes credores também uma maior segurança e estabilidade. Conforme o disposto no preâmbulo do CSC²¹, no seu ponto 22., o contrato de suprimentos é regulamentado de forma a conceder maiores garantias aos credores não sócios e ainda a incentivar os sócios a proverem a sociedade com os capitais próprios exigidos pelos seus princípios económico-financeiros de gestão.

“O carácter de permanência dos créditos é essencial, recorde-se, para a qualificação dos mesmos como suprimentos”, isto porque é reconhecido aos suprimentos a função de “suprirem insuficiências do CS, substituírem novas entradas de capital”.^{22 23}

²⁰PEREIRA, João Aveiro (2001) – *O contrato de suprimentos ... ob. cit.*, p. 78, nt. (117).

²¹www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=524&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo. Consult. em 1/mai/2018.

²²ABREU, Jorge Manuel Coutinho (2014) – *Curso de Direito ... ob. cit.*, p. 336-338

²³O índice de carácter de permanência é uma característica essencial dos suprimentos por todas as questões já referidas acima, mas também por ser um ponto fulcral na diferenciação desta figura com o mútuo. Neste sentido, o Ac. TCAS, de 29 de Junho de 2004, <http://www.dgsi.pt/jtca.nsf/0/11bde46690bec10380256ec9003b71c0> Consult. 20/mar/2018, refere que “com vista a facilitar o reconhecimento do contrato de suprimentos e a distingui-lo do contrato

No art.243.º/2 e 3, encontramos os índices do caráter de permanência.

De acordo com o nº2 do art. supra referido, “constitui índice do caráter de permanência a estipulação de um prazo de reembolso superior a um ano, quer tal estipulação seja contemporânea da constituição do crédito quer seja posterior a esta. No caso de diferimento do vencimento de um crédito, computa-se nesse prazo o tempo decorrido desde a constituição do crédito até ao negócio de diferimento”. Por seu turno, o nº3 diz-nos que “É igualmente índice do caráter de permanência a não utilização da faculdade de exigir o reembolso devido pela sociedade durante um ano, contado da constituição do crédito, quer não tenha sido estipulado prazo, quer tenha sido convencionado prazo inferior; tratando-se de lucros distribuídos e não levantados, o prazo de um ano conta-se da data da deliberação que aprovou a distribuição”.

O caráter de permanência dos créditos, nas palavras de COUTINHO DE ABREU “a marca dos créditos enquanto substitutos de novas entradas de capital, destinados a satisfazer as necessidades não momentâneas ou passageiras da sociedade”²⁴ pode manifestar-se através de outros índices para além dos elencados no nº 2 e 3 do art.243º. Neste sentido, e conforme o nº4 do mesmo art. na sua 1ª parte, os sócios provar que um crédito se trata de um crédito de suprimientos, independentemente de o crédito se ter mantido por prazo inferior a um ano, porque tinha caráter supletivo do CS. COUTINHO DE ABREU entende ainda que esta prova poderá ser feita em situações diversas das previstas na 1ª parte do nº4 do art.243.º, dando o seguinte exemplo:

“Suponha-se que a sociedade x, sócia da sociedade y, emprestou a esta – que se encontrava em situação de insolvência – 300.000 pelo prazo de seis meses. Quatro meses depois a sociedade y declarada em situação de insolvência (antes, portanto, de qualquer reembolso de crédito.”²⁵ – estará em causa, ou não, a figura de suprimientos para efeitos da aplicação do art.245º nº3 al. a)? De acordo com o AA. apesar de o empréstimo ter um prazo de duração inferior a um ano e de a sociedade x não ter tido a oportunidade de não utilizar a faculdade de exigir o reembolso

de mútuo comum, o legislador indica os seguintes índices de permanência do crédito: - a estipulação de um prazo de reembolso superior a um ano; - a não utilização da faculdade de exigir o reembolso devido pela sociedade durante um ano, contado da constituição do crédito, quer não tenha sido estipulado prazo, quer tenha sido convencionado prazo inferior”.

²⁴ABREU, Jorge Manuel Coutinho (2014) – *Curso de Direito...*, ob. cit., p. 334 e ss

²⁵ABREU, Jorge Manuel Coutinho (2014) – *Curso de Direito...*, ob. cit., p. 337 e ss

durante um ano, não há dúvidas em considerar o negócio como contrato de suprimentos, uma vez que o dinheiro emprestado se destinava a suprir insuficiências do capital da sociedade y.²⁶

Estes índices são presunções legais (cfr. art.349º do CC), mas são presunções *juris tantum*, ou seja, ilidíveis pelos sócios credores mediante prova em contrário, bastando, muitas vezes, que se alegue que o dinheiro emprestado não se realizou para efeitos de entrada para o CS, mas somente por razões inerentes a algum negócio²⁷.

1.5. O PRAZO DE REEMBOLSO DOS SUPRIMENTOS

JOÃO AVEIRO PEREIRA²⁸ diz-nos que no contrato de suprimentos “a prestação a cargo do sócio deverá ser reembolsada ou restituída findo o prazo que as partes hajam acordado”, uma vez que atingido este termo do prazo a prestação é exigível e sobre a sociedade recai a obrigação de restitui o sócio-credor. Mas situações há em que as partes não definiram qualquer prazo de reembolso da prestação. Poder-se-ia recorrer à regra geral das obrigações, prevista no art.777.º/1 do CC. Neste caso, o credor teria o direito de exigir a todo o tempo o cumprimento da obrigação e o devedor poderia a todo o tempo exonerar-se dela. Tal solução não nos parece viável, no sentido de que, tratando-se o contrato de suprimentos de um

²⁶ABREU, Jorge Manuel Coutinho (2014) – *Curso de Direito...*, ob. cit., p. 307 e ss.

²⁷Neste sentido, *Vd.* o Ac. TCAS, de 19 de dezembro de 2007, (www.dgsi.pt/jtca.nsf/a10cb5082dc606f9802565f600569da6/1853ff96f7896153802573bd00484cd8?OpenDocument Consult. 20/abr/2018.): “(...) porém a factualidade apurada revela que existem mútuos efectuados pelo sócio à sociedade para satisfazer dificuldades de tesouraria, mútuos que, num juízo de normalidade, visaram por certo dotar a sociedade com meios financeiros que lhe possibilitassem assumir encargos necessários à execução imediata do seu objeto social em face das dificuldades de tesouraria então sentidas. Operando com as regras da experiência comum, tal circunstancialismo fáctico permite concluir que houve um reconhecimento de que o capital social era insuficiente em face das necessidades de tesouraria da sociedade e de que perante isso era necessário que esta obtivesse um fundo suplementar de manuseio com função idêntica à das entradas dos sócios para o capital, fundo esse que tinha forçosamente de estar dotado da permanência de utilização adequada e suficiente ao fim visado. Ora, isso indica clara e suficientemente o “carácter de permanência” que é o elemento fundamental para caracterizar o contrato de suprimentos pelo que, face a tais indícios, é indevida a conclusão a que chegou a AT de que se estava perante um contrato de mútuo remunerado só porque inexistiam os índices pressupostos na lei que fizessem desde logo presumir o carácter de permanência do crédito.” E, ainda, o Ac. TCAS, de 29 de Junho de 2004 (*Vd.* nt. 20): “Porém, a falta de ocorrência desses índices não implica que o carácter de permanência fique necessária e automaticamente excluído nem implica a presunção da inexistência do contrato de suprimentos, já que este se pode evidenciar através de outros elementos demonstrativos de que o empréstimo foi concedido com a permanência suficiente para ser utilizado como se fosse uma prestação de capital, pese embora a ocorrência de reembolsos antes do decurso de um ano.”

²⁸PEREIRA, João Aveiro – *O contrato...*, ob. cit., p. 95 e ss.

meio de financiamento da sociedade, a possibilidade de a restituição poder ocorrer a todo o tempo levará ou poderá levar a que sejam contrariadas as funções e finalidades dos suprimientos²⁹.

Assim, na falta de estipulação de um prazo de reembolso, por força do CSC no seu art.245.º, deve aplicar-se o disposto no art.777.º/2 do CC³⁰. É da competência do tribunal fixar o prazo, devendo este, tal como enuncia o art.245.º, ter em conta as consequências que o reembolso acarretará para a sociedade³¹. Pode, por exemplo, fracionar o pagamento, o que fará ainda mais sentido no caso de serem vários os sócios a quererem o reembolso dos seus créditos³².

O reembolso dos suprimientos pode levar-nos até outras questões, tais como a dissolução da sociedade ou a insolvência da mesma. Isto porque, há determinadas situações que privam ou limitam os sócios credores de verem os seus créditos reembolsados.

Numa situação de insolvência da sociedade, os créditos por suprimientos são créditos subordinados. I.e., são graduados depois dos restantes créditos sobre a insolvência, devendo ser, assim, respeitada a ordem de graduação prevista no art.48.º do CIRE relativa aos direitos subordinados. Embora possam vários créditos ser graduados como créditos subordinados, não podem estes serem reembolsados por qualquer ordem, daí que deva ser respeitada a já referida ordem aludida no art. 48.º do CIRE. Desta forma, os créditos por suprimientos apenas poderão ser pagos depois integralmente satisfeitos os créditos comuns (arts.177.º/1 do CIRE e 245.º/3 a)).

²⁹No mesmo sentido, JOÃO AVEIRO PEREIRA *in ob. cit.*... p. 95. Referindo ainda a posição de RAÚL VENTURA, o qual em 1969, ainda antes da vigência do CSC, na sua obra “A Reforma das Sociedades por Quotas”, *Scientia Iuridica*, n.º 99-100, também se pronunciava contra a possibilidade de o sócio-credor poder a qualquer momento exigir o reembolso da prestação que efetuou, defendendo que não seria aceitável uma exigibilidade imediata ou discricionária, uma vez que tal poria em causa a finalidade dos suprimientos e esta mesma finalidade constituía um aspeto essencial na calendarização do reembolso.

³⁰*Vd.* Ac. TRL de 31 de Outubro de 1978, onde se diz que “se não foi fixado prazo para o reembolso dos suprimientos feitos pelo sócio à sociedade, a solução equilibrada é a de deferir ao tribunal a fixação desse prazo na conformidade do art. 772 n.2 do Código Civil”, www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/cb8ca1d07a9e93818025680300037baa?OpenDocument.

³¹É tomada uma posição contrária no Ac. do STJ, de 29 de Fevereiro de 2000 (www.stj.pt/index.php/jurisprudencia/acordaos-basedados). Neste Ac. o tribunal, aquando a fixação do prazo de reembolso, entendem sujeitar a decisão a razões de índole legal, e não às de mera equidade prevista no art. 245.º n.º1 do CSC.

³²Estas cautelas previstas no art.245.º do CSC permitem-nos compreender que a preocupação dominante do legislador é a proteção dos interesses da sociedade.

Estes créditos não são computados no passivo, tratando-se, antes, de créditos que devem ser pagos à custa de fundos distribuíveis ou do ativo restante. Isto, claro está, somente após estarem satisfeitos ou acautelados os direitos dos demais credores (art.3.º/3 c) do CIRE)³³. Acresce ainda o facto de, nos termos do disposto no art.245.º/5, os suprimentos reembolsados poderem ser resolúveis, no caso de o reembolso ter ocorrido um ano antes da sentença declaratória de insolvência da sociedade.

1.6. A APLICABILIDADE DO REGIME DO CONTRATO DE SUPRIMENTOS A OUTROS TIPOS DE SOCIEDADES

BRITO CORREIA³⁴ defende que nada obsta a que, numa SA (ou de outro tipo bem entendido), os sócios insiram no estatuto social a obrigação acessória de prestação de suprimentos à sociedade, em termos similares aos previstos no art.209.º. Ora, estamos, portanto, a falar dos suprimentos obrigatórios, daqueles que advêm do pacto social e por isso ficam sujeitos, em parte, ao regime das prestações acessórias. E, quanto, a estes, não parece haver grande dúvidas de que são aceitáveis pela generalidade da doutrina.

Mas, o que se sucede com os designados suprimentos facultativos? Poderá aplicar-se, por analogia, o regime dos arts.243.º e ss. às SA?

As dúvidas surgem aqui. Se, por um lado, BRITO CORREIA entende que sim, considerando que é “precisamente no caso dos suprimentos facultativos que mais se justifica a proteção dos credores e dos demais acionistas contra situações de subcapitalização crónica”, por outro lado, RAÚL VENTURA entende que, no caso das SA, apenas devem ser sujeitos ao regime dos suprimentos os empréstimos ou créditos de sócios com participação igual ou superior a 10%³⁵.

Por influência alemã, defende-se que o regime do contrato de suprimentos não deve aplicar-se a qualquer sócio das SA, mas tão somente aos acionistas com

³³No mesmo sentido, *Vd.* o Ac. TRP de 18 de Novembro de 2013, onde o tribunal entende que “(...) os suprimentos, não são computados para efeitos de passivo (art. 3.º, n.º3, alínea c), do CIRE), pois são créditos subordinados (arts. 48.º, alíneas a) e g) e 177.º, ambos do CIRE)” - www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/bae66f6975500d6980257c30004cc8b4?OpenDocument&Highlight=0,financiamentos,da,empresa,mãe,suprimentos. Consult. 1/mai/2018

³⁴CORREIA, Luís Brito – *Direito Comercial – Sociedades Comerciais (Vol. II)* – Associação Académica da Faculdade de Direito, Lisboa, p. 496 e ss.

³⁵Na opinião do AA. este limite de 10% “exprime o interesse societário e empresarial do acionista”, uma vez que são distintas as posições dos titulares de ações de uma SA que efetuam uma mera aplicação financeira e aqueles que assumem uma posição efetiva de sócio.

verdadeiros interesses societários, os designados “acionistas empresários”, o que atendendo aos arts.392.º/1 e 6 e 418.º/1, são aqueles que, tal como o AA. acima mencionado defende, possuem ações correspondentes a 10% ou mais do CS. COUTINHO DE ABREU vai contra esta posição, defendendo que o limite de 10% do CS é tão arbitrário quanto outros, como por exemplo, o direito mínimo à informação que estabelece o limite de 1% (art.288.º/1) ou ainda o direito de requerer a convocação de uma AG que apenas pode ser realizado por um ou mais acionistas que possuam ações correspondentes a, pelo menos, 5% do CS (art.375.º/2), recordando, ainda, o facto de em sociedades com muitas e muito disseminadas ações, o controlo societário ser possibilitado por participações inferiores a 10%.

2. CAPITAL SOCIAL

2.1. NOÇÃO

Não se pode falar de suprimentos sem que se fale de CS.

Verifica-se, ao longos dos últimos anos, uma crescente desvalorização do CS, de uma “desconsideração da relevância do CS”³⁶, nas palavras de PAULO TARSO DOMINGUES.³⁷

Não obstante, a noção de CS ainda é vista como uma importante noção para o direito societário, sendo considerada essencial para a compreensão de outras figuras, bem como da própria estrutura e funcionamento de uma sociedade. É entendida, para a generalidade da doutrina, como um instrumento regulador da sociedade.

³⁶DOMINGUES, Paulo de Tarso (2004) – *Do Capital Social – Noção, Princípios e Funções* (STVDIA IVRIDICA 33) – 2.ª Ed., Coimbra Editora, p. 15 e ss.

³⁷Segundo o AA. a crise do capital social deve-se, em grande medida, ao *Model Business Corporation Act (MBCA)*. Trata-se de um modelo de texto legislativo, realizado pela American Bar Association, publicado pela primeira vez em 1946. Apesar de não se tratar de um texto legislativo, a verdade é que influenciou a maioria das leis societárias nos EUA. Em 1984, procedeu-se à eliminação do capital social no MBCA, mantendo-se tal solução no “revised Model Business Corporation Act.” Apenas mais tarde, se começou a por em causa esta figura na UE, mas sem dúvida, por influência dos EUA. – in DOMINGUES, Paulo de Tarso (2015) – “Capital e Património Sociais, Lucros e Reservas” – *Estudos de Direito das Sociedades*, 12.ª Ed., Almedina, p. 151 e ss.

É um elemento essencial para as sociedades de capitais³⁸³⁹, na medida em que é através do CS que se determina o poder dentro da sociedade. Isto porque, todos os sócios têm a obrigação de realizar uma entrada (art.20.º) e é a partir destas que se determinam as medidas dos direitos sociais que cabem a cada um. Talvez por esta razão se tenha formado a opinião, dentro da doutrina, de que o CS não é apenas funcional mas também fundacional⁴⁰.

O conceito de CS não é um conceito estritamente jurídico. Aliás, tanto não é, que são os economistas quem mais se debruçam no estudo desta figura. Mas, como não poderia deixar de ser, as perspectivas são diferentes. Para um economista a análise da figura do CS centra-se nos problemas da produtividade e da produção da empresa, enquanto que para um jurista releva a constituição e conservação do CS enquanto fundo de bens que garantam os credores⁴¹. Note-se, todavia, que ambas as perspectivas, na nossa opinião, são importantes, não devendo preterir-se uma em detrimento da outra. Bem analisadas, percebe-se que estão connexionadas, sendo tão importante a produção da empresa como a proteção e garantia dos credores, no fundo, uma leva a outra. Se a empresa não tiver uma boa produção e produtividade como se vão proteger e garantir os credores?

Juridicamente, não tem sido fácil alcançar uma noção de CS, uma vez que o vocábulo “capital” aparece, por diversas vezes, quer na doutrina, quer na lei, com diferentes significados⁴². Por este motivo, existe como que uma espécie de mistério em torno da expressão “CS”.

³⁸O que configura a maior parte dos casos, uma vez que as sociedades de capitais, i.e., as SA ou SQ, conferem uma limitação da responsabilidade por parte dos sócios, tornando-as mais aliciantes para aqueles que desejam constituir uma sociedade.

³⁹*Vd.*, a título de exemplo, o art.9.º n.º1 do CSC, em que somente as sociedades em nome coletivo estão dispensadas de revelarem no contrato de sociedade o capital social; o art.201.º referente ao capital social livre nas SQ, fixado no contrato de sociedade e o qual corresponde à soma das quotas subscritas pelos sócios; e o art.272.º na sua alínea e) que reforça o já referido no art.9.º.

⁴⁰GARRIGUES, J., Curso de Derecho Mercantil, tomo I, Madrid, 1976 *apud* DOMINGUES, Paulo de Tarso (2004) – *Do Capital Social ... ob. cit.*, p. 32

⁴¹DOMINGUES, Paulo de Tarso (2004) – *Do Capital Social ... ob. cit.*, p. 32.

⁴²Basta-nos analisar o CSC, em que umas vezes o vocábulo “capital” aparece como elemento fixo e constante mencionado nos estatutos da sociedade, como por exemplo nos arts.88.º, 95.º, 201.º, 202.º, 203.º, 265.º etc.; enquanto que, outras vezes, aparece com o significado de massa concreta de bens, de fundo patrimonial, como por exemplo, no art.35.º. Embora este art. Incorpore simultaneamente as duas situações referidas. I.e., quando o art.35.º refere “os membros da administração que (...) verifiquem estar perdida metade do capital social (...)” estamos perante a conceção do vocábulo “capital” como massa concreta de bens, de fundo patrimonial; mas quando refere a redução de capital a operar em tal situação, estamos na presença do vocábulo “capital” como cifra formal constante dos estatutos.

O CS deve constar do estatuto de cada sociedade, à exceção das S.N.C⁴³, o que se compreende, uma vez que, neste tipo social, regra geral, os sócios constituem entradas em indústria, as quais, como se sabe, não são contabilizadas no CS.

Há quem entenda por CS, uma cifra representativa da soma dos valores nominais das participações sociais fundadas em entradas em dinheiro e/ou espécie⁴⁴. No entanto, COUTINHO DE ABREU não concorda com esta conceção⁴⁵, considerando que a correta será “cifra representativa da soma dos valores nominais das participações sociais fundadas em entradas em dinheiro e/ou espécie.”⁴⁶.

Por seu turno, PAULO TARSO DOMINGUES admite quatro abordagens de capital: cifra contabilística, soma das entradas dos sócios, cifra forma e abstrata e, por último, capital nominal e real.

Falar de CS como cifra contabilística não é, de todo, descabido, porquanto consta necessariamente do balanço de uma sociedade. Faz parte do “lado do passivo” e é uma das verbas do capital próprio. Não é, no entanto, entendido como uma dívida da sociedade (para com os sócios). É a forma que a contabilidade tem de reter, no ativo da sociedade, os bens necessários para cobrir a respetiva cifra. Trata-se de uma cifra de retenção, que garante os terceiros credores.⁴⁷ Com o mesmo entendimento, PAULO OLAVO CUNHA⁴⁸ defende que o CS é o ponto de referência da situação económica da sociedade. É a medida pela qual se determina se no decurso da atividade da sociedade resultou acréscimo ou diminuição do património social. Assim, contabilisticamente, segundo o AA., o CS deve figurar

⁴³Art. 9º nº1 j) do CSC: “Do contrato de qualquer tipo de sociedade devem constar: «O capital social, salvo nas sociedades em nome coletivo em que todos os sócios contribuam apenas com a sua indústria;»”

⁴⁴Vd. as referências bibliográficas in *Código das Sociedades em comentário* (coord. de COUTINHO DE ABREU), vol.I, Almedina, Coimbra, 2010, p.250-251.

⁴⁵Segundo o AA., trata-se de uma conceção incorreta, na medida em que “o valor das entradas em indústria não é computado no capital social (arts.9.º, 1, f), 178.º,1); o valor das entradas em dinheiro ou em espécie pode ser superior ao valor das participações sociais correspondentes (v. v. g., art.295.º, 2, a), 3, a): ágios ou prémios de emissão), e pode mesmo ser inferior (v. v. g., art.298.º,2: desconto das despesas na tomada firme de ações por intermediários financeiros) – num caso e noutro a maior ou menor valia das entradas repercute-se no património social, não no capital nominal”.

⁴⁶ABREU, Jorge Manuel Coutinho (2014) – *Curso de Direito Comercia ... ob. cit.*, p. 443 e ss.

⁴⁷PAULO DE TARSO DOMINGUES considera esta aceção de “capital social” unilateral e redutora. Unilateral, na medida em que à cifra do capital social no passivo deverá corresponder, no ativo, uma massa de bens de valor igual. Redutora, porque não dá, devidamente, a importância e relevância às restantes funções do capital social, como por exemplo, a determinação da posição do sócio na sociedade in. DOMINGUES, Paulo Tarso – *Do capital social ...*, ob. cit. p. 37

⁴⁸CUNHA, Paulo Olavo (2017) – *Direito das Sociedades Comerciais*, Almedina, 5.ª ed., Coimbra, p. 420 e ss.

no passivo, com base no princípio da intangibilidade do CS⁴⁹, pois só assim se pode evitar que o valor correspondente seja entregue aos sócios, como se de lucros se tratasse, antes de satisfeitos os credores.

Autores⁵⁰ há que definem o CS como a soma das entradas dos sócios. Para esta abordagem a doutrina que a aceita divide-se em dois grupos: aqueles que defendem que o CS é o equivalente à soma dos bens que constituem as entradas dos sócios (aceção material); e aqueles que veem o CS como uma entidade numérica, I.e., o valor em dinheiro das entradas dos sócios no momento de constituição da sociedade e que consta da respetiva escritura da sociedade (aceção formal).

Não podemos aceitar a conceção material, porquanto nos casos em que os sócios entram para a sociedade com determinados bens e, mais tarde, os mesmos são alienados ou abatidos do património social, não existe uma redução proporcional do CS. Também a aceção formal merece críticas. As entradas em indústria não são computadas no CS. Para além disso, em caso de redução do capital, deveria existir uma devolução proporcional, aos sócios, do montante reduzido.

É certo que o CS, no momento inicial da sociedade, pode corresponder à soma do valor das entradas dos sócios. Contudo, não se trata de uma regra geral e absoluta. Casos há em que tal não se verifica. Exemplo disso são aquelas situações em que há diferimento das entradas⁵¹, constando o crédito da sociedade sobre os

⁴⁹Princípio da intangibilidade do capital social – o capital social diz-se intangível, significando isto que os sócios “não podem tocar” no capital social. Não poderão ser atribuídos bens ou valores aos sócios que sejam necessários à cobertura do capital social. *Vd. DOMINGUES, Paulo Tarso – Do capital social ... ob. cit., p. 132 e ss.*

⁵⁰GASTONE COTTINO, *Diritto commerciale*, vol. I, tomo 2, Cedam, Padova, 1999, p.481; G. F. CAMPOBASSO, *Diritto commerciale*, vol.2, *Diritto delle società*, Utet, Torino, 1995, p.7; *apud* DOMINGUES, Paulo de Tarso – *Do capital social ...*, ob. cit. p. 37 e ss.

⁵¹Alcançamos no nosso ordenamento jurídico, com a entrada do DL. n.º 33/2011, de 7 de Março, aquilo a que se pode chamar de capital social livre nas SQ Até à entrada em vigor deste DL., o art. 202.º n.º2 do CSC (hoje revogado) previa a possibilidade de diferimento de 50% do valor das entradas em dinheiro, na condição de estar assegurada a realização do valor de capital social mínimo de 5.000€. Era ponto de discussão, à luz deste preceito (202.º n.º2), se a percentagem de 50% aí mencionada se referia ao valor total das entradas ou, pelo contrário, ao valor de cada entrada individual. A maioria da doutrina parecia defender a segunda solução, como por exemplo PAULO TARSO DOMINGUES in “Variações sobre o capital social”, Coimbra, 2009, p. 209 e 210. Na posição contrária, I.e., entendendo que a primeira solução é a correta, encontramos, por exemplo, ARMANDO TRIUNFANTE in “Código das Sociedades Comerciais – Anotado”, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, p. 36.

Hoje, apenas se exige que cada sócio realize o valor mínimo de 1€ até ao final do primeiro exercício económico (art.26.º n.º2, 199.º b) e 215.º n.º3). Assim, realizado esse valor mínimo, dentro do referido prazo, as entradas em dinheiro, nas SQ, podem ser totalmente diferidas com um limite temporal de 5 anos (art.203.º n.º1).

sócios no ativo, mas, tal como FERRER CORREIA⁵² adverte “os créditos da sociedade contra os sócios nem sempre têm o mesmo valor que teriam as quotas realizadas. Pode até ser que esses créditos nunca venham a ser cobrados”. Tratando-se a relação entre o valor das entradas e o valor do CS uma situação de mera coincidência, não podemos aceitar esta aceção de CS. Não podemos esperar que o CS se defina por simples coincidências. Além disso, no nosso entendimento, o CS não se determina em função das entradas, mas sim o contrário. Quer isto dizer que, são antes as entradas que se definem mediante o CS. Regra geral, o CS é fixado *à priori*. Por exemplo, querendo constituir-se uma SA sabe-se desde logo que este tipo societário tem um CS mínimo de 50.000, logo vão estipular-se as entradas de cada sócio em função desse valor.

Outra corrente doutrinária⁵³ entende o CS como uma cifra formal e abstrata, ou seja, é uma entidade numérica prevista nos estatutos da sociedade, entidade numérica esta que é fixa. No nosso entendimento, esta corrente está, desde logo, errada pelo simples facto de considerar o CS uma entidade fixa. É certo que este tende a ter sempre o mesmo valor, sendo em princípio imutável, mas também é certo que pode variar (para mais ou para menos) se observadas determinadas regras que visam a proteção dos interesses dos sócios e dos terceiros credores. Esta aceção falha ainda neste aspeto, na proteção dos interesses dos sócios e dos credores, não explicando em que medida estes são assegurados.

Por último e, talvez, a mais importante aceção de CS, na nossa opinião, é aquela que se consubstancia numa realidade complexa, a qual se desdobra, indissociavelmente, em duas vertentes: o CS nominal e o CS real. A lei não atribui sempre o mesmo significado ao vocábulo “capital”⁵⁴. Ora o encontramos com o sentido atribuído pela aceção formal, I.e., como elemento fixo e constante presente

Relativamente às SA: “nas entradas em dinheiro só pode ser diferida a realização de 70% do valor nominal ou do valor de emissão das ações, não podendo ser diferido o prémio de emissão, quando previsto.” (art.277.º/2). Também aqui se discute se o valor percentual referido no preceito normativo diz respeito à totalidade das ações subscritas ou, se, pelo contrário, diz respeito ao valor das ações subscritas por cada sócio. A nosso ver, a solução correta será a segunda, ou seja, diz respeito ao valor das ações subscritas por cada sócio.

⁵²CORREIA, A. Ferrer – Lições de direito comercial, vol.II, Sociedades comerciais – Doutrina geral. – Coimbra, ed. policopiada *apud* DOMINGUES, Paulo de Tarso – *Do capital social* ..., ob. cit. p. 41.

⁵³Por ex.: FRANCESCO FENGHI, *La riduzione del capitale. Premesse per una ricerca sulla funzione del capitale nelle società per azioni*, Giuffrè, Milano, 1974, p. 33.

⁵⁴Umas vezes a lei refere-se ao CS no sentido que a aceção formal lhe dá, como por ex. nos arts.88.º e ss., 95.º e ss., 201.º, 202.º, 203.º e 265.º, etc. Outras vezes encontramos o vocábulo CS como massa concreta de bens, de fundo patrimonial – art.35.º, 94.º/1a), 131.º/1a), 349.º, etc.

no estatuto social; ora nos é apresentado como a massa de bens de fundo patrimonial. Trata-se esta última da forma mais comum⁵⁵ de entendimento do vocábulo. O CS é, sem sombra de dúvida, a cifra formal (ou nominal) presente no pacto social, mas esta é apenas uma das facetas desta figura. Contabilisticamente, o CS consta do lado direito do balanço. Assim sendo, do seu lado esquerdo (lado do ativo) devem existir bens cujo valor cubra ou iguale aquela cifra, o que nos leva a entender o CS não apenas como uma cifra constante do lado passivo, mas também como aquele conjunto de bens. Esta é a outra faceta do CS, aquela que designamos por CS real.

O CS real é a quantidade/montante de bens de que a sociedade não pode dispor em favor do sócio, caso contrário estaria a contrariar o seu fim que é cobrir o valor do CS nominal⁵⁶. Isto leva-nos a um dos mais importantes princípios do CS, o princípio da intangibilidade, segundo o qual não podem ser atribuídos aos sócios bens ou valores necessários à cobertura do CS. Visa este princípio impedir que o património líquido da sociedade desça abaixo da cifra do CS, em virtude da atribuição de valores de qualquer natureza aos sócios – um dos corolários mais importantes deste princípio – a limitação da distribuição de bens aos sócios (art.31.º a 34.º e arts.56.º a 58.º da Diretiva (UE) 2017/1132 ou Diretiva Codificadora).

2.2.DISTINÇÃO ENTRE CAPITAL SOCIAL E PATRIMÓNIO SOCIAL

O CS não é, nem pode ser confundido com o património social.

A sociedade, como qualquer outro sujeito jurídico, tem um determinado património. Deve este ser entendido como “o conjunto de relações jurídicas com valor económico, I.e., avaliável em dinheiro de que é sujeito ativo e passivo uma determinada pessoa”, nas palavras de MANUEL DE ANDRADE⁵⁷. Este fundo

⁵⁵Quando dizemos que se trata da forma mais comum de se entender o capital social, referimo-nos à sociedade em geral e não aos juristas ou economistas que se debruçam no estudo desta figura. Quantas vezes ouvimos dizer, numa situação de insolvência, que “aquela sociedade perdeu o capital”.

⁵⁶Não deve confundir-se capital social real com o património social. PAULO DE TARSO DOMINGUES refere que “em termos gráficos, o capital social real é, se quisermos, uma esfera concêntrica menor, dentro de uma esfera maior que é o património; aquele é apenas uma parcela deste.” Regra geral e salvo mera coincidência, o valor do património será diferente do valor do capital social nominal, isto porque qualquer sociedade visa o lucro, sendo tal assegurado quando, contabilisticamente, o valor do património líquido é superior à cifra do capital social.

⁵⁷ANDRADE, Manuel – *Teoria Geral da Relação Jurídica (Vol.I) – sujeitos e objeto* – 3.ª reimpressão da ed. de 1960.

patrimonial existe necessariamente em toda e qualquer sociedade⁵⁸. Há quem entenda que o património da sociedade pode ser encarado, quanto ao seu conteúdo, sob três perspetivas⁵⁹: património global, património ilíquido e património líquido.

Na primeira perspetiva, o património societário abrange o conjunto de todos os direitos e obrigações suscetíveis de avaliação pecuniária de que a sociedade é titular num determinado momento⁶⁰. Analisando o património sob a perspetiva de património ilíquido (ou bruto), este engloba os elementos do ativo da sociedade, considerando quer os bens, quer os direitos, sem ter em conta o passivo. Por último, o património social na perspetiva de património líquido consiste no valor do ativo depois de considerado (descontado) o passivo. É esta a perspetiva maioritariamente usada quando nos referimos ao património social.

O património social é sempre a expressão de uma realidade tangível, I.e., de um fundo patrimonial, de uma concreta massa de bens que pode variar na sua composição e montante. Contrariamente, o CS, embora como analisado anteriormente, possa variar (para mais ou para menos), não deixa de ser uma cifra, um número ideal e abstrato que consta do pacto social.

Desta forma, enquanto o património social pode ser penhorado, em benefício dos credores, o CS, tratando-se de uma cifra, é, em regra, impenhorável.

2.3.FUNÇÕES DO CAPITAL SOCIAL

Também nesta temática não há unanimidade dos autores quanto às funções do CS. Na verdade, são diversas as funções que se podem apontar a esta figura, algumas das quais fomos referindo ao longo da análise do conceito de CS. De entre essas várias funções que podem ser apontadas, parece-nos ser unanime o reconhecimento de, pelo menos duas, as funções de garantia e de produção.

Para alguns AA., as funções desempenhadas pelo CS podem ser divididas em dois planos – o plano externo e o plano interno. I.e., funções que se aplicam às relações fora da sociedade (relações *ad extra*) e funções que se aplicam às relações

⁵⁸Há quem entenda que para a constituição e existência de uma sociedade não é necessário património. Neste sentido PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA in *Código Civil Anotado (Vol. II)*, 4.ª ed., Coimbra Editora, 1997 – nt. 4 ao art. 980.º.

⁵⁹Nomeadamente, PAULO DE TARSO DOMINGUES – “Distinção entre capital social e património social” in *Estudos de Direito das Sociedades* (Coord. de COUTINHO DE ABREU), 2015, 12.ª Ed. Almedina, p. 163

⁶⁰Neste sentido, FERRER CORREIA – *Lições de Direito Comercial* (Vol. II), p. 218.

internas na sociedade (relações *ad intra*)⁶¹. Seguiremos tal entendimento, por considerarmos que é o que melhor reflete a importância do CS,

No plano externo são apontadas como funções do CS: função de garantia, função de avaliação económico da empresa⁶², e função de Socialização.

Já no plano interno, o CS desempenha as seguintes funções: função de atribuição da qualidade de sócio, função de determinação da posição jurídica do sócio, função de “arrumação” do poder societário, e função de produção.

2.3.1. Funções *ad extra*

A função de garantia, talvez seja a função que, ao longo dos anos, mais ênfase ganhou para aqueles que se debruçam no estudo do CS, sendo encarada por vários autores como a *função rainha*⁶³. De acordo com esta função, o CS assume-se para os terceiros credores como o garante do pagamento dos seus créditos. Estará aqui em causa o CS na sua vertente de CS real, uma vez que a garantia dos credores deve ser constituída por bens concretos que se encontrem no património social. Assim, o regime da tutela do CS tem por objetivo conseguir que constem do património líquido bens do valor, no mínimo, idêntico à cifra do CS. Visa, desta forma, a lei que as dívidas sociais estejam garantidas quer por bens, existentes no património social, afetos à cobertura destas mesmas dívidas, quer por bens, de forma suplementar, afetos à cobertura da cifra do CS.

A função de avaliação da situação económica da sociedade prescreve a verificação e distribuição do lucro. Deste princípio pode retirar-se a essencialidade do CS, quer para os terceiros (como garantia do pagamento dos seus créditos), quer para os sócios como indicador da situação económica da sociedade. Como ponto assente, desde os primórdios das sociedades comerciais, temos que qualquer sociedade visa o lucro⁶⁴. Querendo os sócios analisar o ponto da situação da sociedade e aferir a respetiva situação económica (lucros, perdas, ...) devem confrontar os valores do CS e do património social (líquido).

⁶¹ Assim, PAULO DE TARSO DOMINGUES e FERRER CORREIA.

⁶² *Vd.* PAULO OLAVO CUNHA, quando nos diz que “O capital social é o ponto de referência da situação económica da sociedade.” in “Direito das Sociedades Comerciais”, 5.^a ed., Coimbra.

⁶³ Servem de exemplo, entre nós, FERRER CORREIA - Lições ..., ob. cit., p.224 ss., BRITO CORREIA – Direito comercial ... ob. cit., p.155 e MARIA VITÓRIA ROCHA – Aquisição de ações próprias no código das sociedades comerciais, Almedina, Coimbra, 1994, p.78.

⁶⁴ Não existe somente uma noção de lucro. No caso das sociedades comerciais, quando se fala em lucro pode se estar a referir uma de duas vertentes: ao lucro objetivo (incremento patrimonial da sociedade) ou ao lucro subjetivo (aquele incremento patrimonial da sociedade pode ser distribuído pelos sócios). *Vd.* DOMINGUES, Paulo Tarso – *Do capital social* ..., ob. cit. p. 249.

Por último, o CS desempenha, igualmente, uma função de socialização. Trata-se de uma função mais perceptível nas SA, porque o CS está fracionado em pequenas parcelas – as ações – de fácil transação. Isto possibilita a dispersão do CS por um grande n.º de pessoas, o que conduz à referida socialização do capital.

2.3.2. Funções *ad intra*

A função de atribuição da qualidade de sócio – nas sociedades de capitais, só será sócio aquele que realizar uma entrada, que será contabilizada no CS e a que corresponderá a sua participação social. Assim, ao CS cabe a função de atribuir aquela qualidade.

O CS tem também a função de determinar a posição jurídica do sócio, sendo através deste que “se mede a responsabilidade e a participação de cada sócio”⁶⁵. Em primeiro lugar, porque, de acordo com o art.22.º, os sócios participam nos lucros e nas perdas da sociedade proporcionalmente às “respetivas participações no capital”, e, em segundo lugar, porque o exercício de vários direitos depende de certa participação mínima no CS⁶⁶.

Por sua vez, cabe ao CS determinar as relações de poder entre os sócios. A título de exemplo, quem pode, na AG, impor a sua vontade através do voto. Trata-se da função de “arrumação” do poder societário.

Last but not least, o CS desempenha a função de produção, na medida em que se destina a ser utilizado como o “motor” necessário ao exercício da atividade económica na sociedade. O CS representa os meios que os sócios disponibilizaram para o desenvolvimento da atividade económica a que se propuseram exercer.

3. A OBRIGAÇÃO DE ENTRADA, O VALOR MÍNIMO E A CONSEQUENTE NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO

A obrigação de entrada é a principal obrigação dos sócios⁶⁷, conforme os arts. 980.º do CC e 20.º do CSC⁶⁸.

⁶⁵DOMINGUES, Paulo Tarso – *Do capital social* ..., ob. cit. p. 259

⁶⁶Cf. arts.77.º, 288.º, 291.º, 292.º, 375.º.

⁶⁷Tão importante quanto a obrigação de entrada, é a obrigação de participação nas perdas. O art.980.º do CC não faz qualquer referência à participação nas perdas, no entanto, o mesmo deve ser compreendido em consonância com o art.992.º do CC, o qual faz expressa referência à participação nas perdas por parte dos sócios. O alcance deste art. está dependente de muitos outros fatores, nomeadamente o tipo societário e a limitação da responsabilidade do sócio.

⁶⁸Cf. Ac. STJ de 29 de Novembro de 2012 – “sendo essa obrigação de entrada a principal obrigação dos sócios”.

www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/de0867e2a782572380257acc005db6c5?OpenDocument, consult. 2/mai/2018

Esta obrigação de entrada pode ainda ser entendida como uma obrigação originária e como uma obrigação funcional. Originária no sentido em que está na origem da atribuição da qualidade de sócio; funcional, uma vez que, regra geral, os direitos e deveres dos sócios se medem em função das entradas que realizaram⁶⁹.

“Entrada” é a contribuição patrimonial do sócio para a sociedade, que se destina ao pagamento das participações sociais que adquire⁷⁰. Neste sentido, PAULO DE TARSO DOMINGUES⁷¹ entende que a entrada abrange não apenas os bens entregues pelo sócio à sociedade, e que vai corresponder ao valor nominal das participações que adquire, mas também o ágio⁷² ou o prémio de emissão, sendo estes, a diferença entre o valor nominal da participação social e o valor por ela pago. Posto isto, percebe-se a estreita relação existente entre os conceitos de entrada e de participação social, porquanto a participação social tem de corresponder a uma efetiva entrada por parte de um sócio e só poderá ser atribuída uma participação social, e por consequência a qualidade de sócio, a uma pessoa que de forma efetiva contribua com bens para a sociedade⁷³.

O ágio fica obrigatoriamente sujeito ao regime da reserva legal (art.295.º/2 a)), e tendo a reserva legal um dos fins previstos no art.296.º, também este terá um desses fins previsto no referido art.. Contudo, MENEZES CORDEIRO⁷⁴ considera que o ágio apenas ficará sujeito ao regime previsto no art.296.º até ao valor da reserva e, cumulativamente, apenas quando e na medida em que o mesmo seja necessário para integrar aquela reserva. Neste entendimento, a sociedade poderá

⁶⁹O que leva a que se possa concluir que o contrato de sociedade é imperativamente oneroso.

⁷⁰Definindo-se, conforme a lei, que entrada é a contribuição patrimonial do sócio para a sociedade, que se destina ao pagamento das participações sociais que adquire, deve entender-se que, desta forma, não cabe no conceito de entrada qualquer contribuição que o sócio realize. PAULO DE TARSO DOMINGUES in “O regime das entradas no código das sociedades comerciais” e JOÃO CORTÊ-REAL in “O regime das entradas em espécie”, deram o seguinte exemplo, e que, na nossa opinião, é bastante esclarecedor: “Pense-se, na hipótese de um sócio que empresta determinada quantia à sociedade; nesta hipótese, a quantia que deu entrada na sociedade, posto que entregue por um sócio, não é entrada em sentido técnico-jurídico.”

⁷¹DOMINGUES, Paulo de Tarso – “O regime das entradas no código das sociedades comerciais” in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, p.43 e ss.

⁷²Cf. Art. 295.º n.º3 a).

⁷³Tal não significa que o valor da participação social corresponda necessariamente ao valor da entrada. O valor da entrada constitui o limite máximo do valor nominal da participação social. I.e., não poderá, de forma alguma, o valor da participação social ser superior ao valor entregue pelo sócio a título de entrada, mas o contrário já é perfeitamente aceitável, ou seja, pode o valor da participação social ser inferior ao valor da entrada. – Cf. Art.25.º do CSC.

⁷⁴MENEZES CORDEIRO – “Escrituração comercial, prestação de contas e disponibilidade do ágio”, in *Estudos em homenagem ao Professor Inocêncio Galvão Telles – Vol. IV*, Almedina, Coimbra, 2003.

destinar o ágio a um outro fim se a reserva legal estiver integralmente constituída ou quando exceda o montante necessário para satisfazer a reserva legal.

O valor mínimo da entrada a realizar por cada sócio varia em função do tipo social. Importa-nos aqui as sociedades de capitais – SQ e SA.

Relativamente às SQ e desde que, entre nós, impera o regime do CS livre (art.201.º), o montante da quota pode ser livremente fixado mas não pode ser inferior a 1€ (cfr. art.219.º/3).

Já no caso das SA dispõe o art. 276.º/3 que o valor mínimo para a entrada de cada sócio é de 0,01€, contudo, neste tipo social deverá a soma das entradas perfazer o valor total de 50.000€⁷⁵.

O problema atualíssimo da subcapitalização e a consequente necessidade de financiamento são reação aos valores mínimos necessários para a criação de uma sociedade comercial. Trata-se de um problema mais propenso às SQ, o que se compreende, comparando os valores exigidos na constituição de uma sociedade deste tipo face aos valores exigidos para a constituição de uma SA. Na realidade 2€, 1€ por cada sócio, é um valor tão singelo que custa a acreditar que tal possa ser verdade. Mas é a realidade e uma realidade que não é só nossa, mas também de outros países da UE, como por exemplo França, Bulgária ou Grécia. Tratam-se, portanto, de países que, tal como nós, aderiram ao regime do CS livre, tão característico hoje das SQ. Compreendemos o raciocínio, influência dos EUA – pioneiros na eliminação do CS, que levou à adoção do regime. É um facto que o CS com um valor elevado leva a um entrave para muitos que desejem e pretendam constituir uma sociedade comercial. Mas, não aceitamos que o regime do CS livre seja a melhor solução. Está longe de ser a solução ideal, na medida em que para se facilitar a constituição de uma sociedade não se podem criar problemas como a subcapitalização e a constante necessidade de financiamento quer com capital dos sócios (usualmente, através de suprimentos), quer com capital de terceiros.

4. O DECRETO-LEI N.º 79/2017, DE 30 DE JUNHO

O DL.79/2017, de 30 de Junho, mais tarde retificado pela Declaração de Retificação n.º21/2017, veio alterar o CSC e o CIRE.

⁷⁵Embora nas SQ vigore o regime do capital social livre, as SA têm como limite mínimo de capital social o valor de 50.000€.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016, de 18 de Agosto, aprovou o Programa Capitalizar. A Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas, tendo como objetivo a conceção de medidas de apoio à capitalização de empresas, identificou um conjunto de 131 medidas enquadradas em cinco pontos de intervenção: Simplificação administrativa e enquadramento sistémico, Fiscalidade, Reestruturação empresarial, Alavancagem de financiamento e investimento e, por último, Dinamização do mercado de capitais.

Estas medidas foram apresentadas ao Governo, o qual, através da Resolução do Conselho de Ministros acima referida, aprovou o, também já referido, Programa Capitalizar, que figura como “programa estratégico de apoio à capitalização das empresas, à retoma do investimento e ao relançamento da economia, com o objetivo de promover estruturas financeiras mais equilibradas, reduzindo os passivos das empresas economicamente viáveis, ainda que com níveis excessivos de endividamento, bem como com o objetivo de melhorar as condições de acesso ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas.”⁷⁶

Ao Ministério da Justiça competiu uma das medidas de simplificação e diversas medidas de reestruturação empresarial. Face a isto, tornou-se prioridade a alteração do CSC e do CIRE. “Nasce” por conseguinte, um mecanismo simplificado de aumento do CS por conversão de suprimientos.

Assim, o DL.79/2017, de 30 de junho, procede à alteração ao CSC nos seus arts. 4.º-A, 87.º, 88.º e 89.º, o que analisaremos em detalhe, relativamente aos três últimos arts., uma vez que são os pontos chave da presente dissertação.

4.1.O ART. 87.º DO CSC

Com a entrada em vigor do DL.79/2017, o art.87.º viu os seus n.º 4 e 5 serem alterados, tendo sido introduzido um mecanismo de aumento de capital das SQ (mais adiante analisaremos a possibilidade da extensão deste normativo a outros tipos sociais, nomeadamente às SA), por conversão de suprimientos pelo sócio controlador (ou melhor, por aquele(s) que detiver(em) pelo menos $\frac{3}{4}$ do CS).

⁷⁶Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016. www.dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/75158988/details/maximized (consult. em 20/abr/2018).

Como é sabido o processo de aumento do CS carece de uma deliberação dos sócios⁷⁷. Com a entrada deste DL., se os sócios pretenderem realizar um aumento de CS por incorporação de suprimentos, deixa de ser exigível este processo deliberativo, passando, portanto, a depender somente de um ato jurídico unilateral. Esta decisão unilateral é comunicada aos demais sócios, valendo o silêncio destes como aceitação (ou não oposição ao aumento do capital).

No nosso ordenamento jurídico, relativamente às SQ e SA, as entradas para o CS dividem-se em: entradas em dinheiro ou entradas em espécie (art.202.º/1 e 277.º/1).

Os suprimentos tratam-se, como já analisamos, de créditos dos sócios sobre a sociedade. Um crédito não é passível de se classificar como dinheiro, logo a entrada com um crédito constitui uma entrada em espécie.

Seria de esperar que se um sócio pretende, ao abrigo do disposto na nova redação do art.87.º, converter os seus suprimentos em aumento de CS, esta nova entrada seria sujeita ao regime das entradas em espécie⁷⁸. No entanto, não é isso que acontece. Com a entrada do presente DL. é permitido que a conversão de crédito de suprimentos em CS esteja sujeita a regras diferentes daquelas que são aplicadas para as demais entradas em espécie.

⁷⁷No caso das SQ as deliberações de alteração do contrato e, por consequência, para aumento de capital social só podem ser tomadas por maioria qualificada, ou seja, por maioria de $\frac{3}{4}$ de votos correspondentes ao capital social ou por número ainda mais elevado de votos se previsto e exigido no contrato da sociedade – cf. art.265.º n.º1 do CSC.

⁷⁸As entradas em espécie estão, de acordo com o CSC, sujeitas a um regime próprio. Este regime próprio (art.28.º do CSC) diz-se advir da Segunda Diretiva – Diretiva 77/91/CEE de 30/01/77 que mais tarde foi revogada e substituída pela Diretiva 2012/30/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Outubro de 2012. Entretanto foi publicada a Diretiva (UE) 2017/1132, de 14 de Junho de 2017, que procedeu à unificação e codificação, num texto só, de diferentes diretivas sobre sociedades, entre as quais a Segunda Diretiva. As entradas em espécie devem, desde logo, ser integralmente liberadas, no momento da constituição da sociedade ou da deliberação de aumento do capital social – art.26.º e 89.º n.º 1 do CSC -, não sendo possível o diferimento da sua realização (como pode acontecer nas entradas em dinheiro) – art.28.º n.º1 do CSC. Para além disso, as entradas em espécie devem ser alvo de uma avaliação por um revisor oficial de contas sem interesse na sociedade. Prescreve ainda o regime do art.28.º do CSC que deve ser elaborado um relatório (com o conteúdo mínimo previsto no n.º 3 do mesmo art.), com uma antecedência não superior a 90 dias à data de formalização do contrato de sociedade. Este relatório deverá ser apresentado aos sócio com uma antecedência de pelo menos 15 dias antes da celebração do contrato, ficando o mesmo sujeito às formalidades de publicidade previstas na lei – art.28.º n.ºs 3 a 6 do CSC.

4.2.A EFICÁCIA INTERNA DO AUMENTO DO CAPITAL (ART. 88º DO CSC)

O art.88.º também sofreu alterações com a entrada do DL.79/2017. O presente art. diz respeito à eficácia interna do aumento de capital e, segundo o qual, esta se reporta à respetiva data da deliberação. Isto, contudo, apenas se na ata que titula a deliberação constarem quais as entradas já realizadas e que o capital subscrito se encontra integralmente realizado. Caso contrário, a eficácia interna do aumento é postergada para a data em que qualquer membro da administração declarar quais as entradas realizadas e que o capital subscrito foi integralmente realizado (art.88.º/2)⁷⁹.

Ora, deste n.º 1 do art.88.º excetua-se o n.º5 do art. anterior. Ou seja, não cabe no art.88.º/1 os casos em que se proceda ao aumento de capital por conversão de suprimentos. Então, nesse caso, quando se deve considerar eficaz internamente o aumento de capital?

A eficácia do aumento depende da não oposição de qualquer um dos outros sócios. Só no caso de não haver oposição é que a gerência poderá emitir a declaração a que se refere o art.88.º/2, sendo esta a declaração que determina a data em que o aumento de capital passará a produzir efeitos.

Porém, na opinião de JOSÉ FERREIRA GOMES “a alteração do art.88.º/1 e 2, relativa à eficácia do aumento de capital, visa apenas salvaguardar a especificidade do aumento de capital por decisão do sócio controlador”⁸⁰.

4.3.O PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO

Como já referimos, embora os suprimentos sejam créditos dos sócios sobre a sociedade e, por isso, devessem estar afetos ao mecanismo das entradas em espécie, há todo um procedimento especial para este tipo de créditos quando convertidos em

⁷⁹Poder-se-ia, com a leitura do art.88.º n.º1, entender-se que há uma desconsideração da possibilidade genérica de diferimento da realização das entradas em dinheiros (arts.202.º n.º2, 277.º n.º2 e 285.º n.º1). No entanto, é possível compatibilizar, I.e., entendendo que a deliberação de aumento deve identificar as entradas já realizadas, bastando-se com a informação adicional que não são exigíveis, naquele momento, novas entradas, por virtude de deliberação, da lei ou dos estatutos. As entradas diferidas, embora ainda tenham que ser realizadas, não são exigíveis. *Vd.* Código das Sociedades Comerciais Anotado e Regime Jurídico de Procedimentos Administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais (coord. Menezes Cordeiro), *Códigos Comentados da Clássica de Lisboa*, Almedina (2009).

⁸⁰GOMES, José Ferreira - “A alteração dos arts. 87.º e 89.º do CSC pelo Decreto-Lei n.º79/2017, de junho: conversão de créditos de suprimentos em capital” – *Revista de Direito das Sociedades*, Ano IX (2017) – N.º3, Almedina, p. 536.

CS. Trata-se de um procedimento simplificado, como não poderia deixar de ser, uma vez que nasce no âmbito do programa Capitalizar.

Trata-se de um procedimento tão simples, que em 3 passos somos capazes de o descrever: O sócio (ou os sócios) que tenha a maioria necessária para proceder a uma alteração do contrato de sociedade, pode, através de uma comunicação à sociedade, proceder a um aumento de capital por conversão dos suprimentos de que ele(s) seja(m) titular(es) nessa sociedade – art.87.º/4; para a conversão destes créditos em capital é dispensada a avaliação do crédito por um ROC independente, bastando que um contabilista certificado ou um ROC certifique que tal crédito de suprimentos consta da contabilidade da sociedade – art.89.º/4; o(s) sócio(s) minoritário(s) tem o direito de oposição à realização da operação – art.87.º/5.⁸¹

Posto isto, um sócio ou um conjunto de sócios que, conjuntamente, detenham a maioria do CS suficiente para aprovar uma alteração do contrato (ou seja, 75% do CS), pode comunicar à gerência a intenção de converterem os seus suprimentos em capital. A gerência tem 10 dias para comunicar essa decisão aos sócios restantes que, por sua vez, têm também 10 dias para, querendo, se oporem, ou não.

Note-se que, na nossa opinião, quer o sócio controlador que pretenda avançar com o procedimento, quer os restantes sócios, devem ter direito de voto (art.247.º e ss.). Isto porque, não tendo direito de voto, não poderá o sócio avançar com um aumento de capital em AG e, não o podendo fazer nesta situação, parece-nos que também não o poderá fazer neste novo procedimento. O mesmo raciocínio se aplica aos restantes sócios, se não poderem votar em AG, não faz também sentido que se possam opor aquando um aumento de capital por conversão de suprimentos⁸².

Parece-nos que a comunicação deve assumir a forma escrita, porquanto, nos termos do art.85.º/3, toda a alteração ao contrato de sociedade deve resultar da forma escrita. Ora, tratando-se de um aumento de capital, implica a alteração do contrato de sociedade e, portanto, deve ser reduzido à forma escrita. Poder-se-ia, assim, questionar, neste caso, qual é o documento que titula o aumento de capital. Manifestamos a mesma opinião de ARMANDO TRIUNFANTE⁸³, de que este

⁸¹DOMINGUES, Paulo Tarso – “A conversão de suprimentos em capital social (DL n.º 79/2017, de 30 de junho) – *Direito das Sociedades em Revista*, Ano 9 (2017), vol.18, Almedina.

⁸²Neste sentido, ARMANDO TRIUNFANTE, no V Congresso do Direito das Sociedades em Revista.

⁸³ *In* V Congresso do Direito das Sociedades em Revista.

documento é a comunicação feita pelo sócio, que pretende avançar com o aumento de capital, à sociedade, mais precisamente, à gerência.

E esta comunicação poderá ser realizada a qualquer gerente? Parece-nos que sim. A comunicação aos sócios restantes é um ato equiparável à convocatória da AG. Numa SQ a convocatória da AG compete a qualquer gerente. Pelo que, neste processo deliberativo, por equiparação, deve também competir a qualquer gerente, simplificando o processo.

A comunicação deve ser acompanhada da declaração do contabilista certificado ou do ROC a que se refere o art.88.º/4, ou seja, uma declaração que indique expressamente o montante dos suprimentos convertidos em capital, que esse montante consta dos registos contabilísticos da sociedade, bem como a respetiva proveniência e data.

Uma vez concluído este processo, a gerência deverá inscrever a decisão de aumento do capital, assim formada, no livro de atas (eletrónico ou não) da assembleia geral, em obediência ao disposto no número 4 do art.63.º, nos termos do qual “quando as deliberações dos sócios constem de escritura pública, de instrumento fora de notas ou de documento particular avulso, deve a gerência (...) inscrever no respetivo livro a menção da sua existência”⁸⁴.

4.4. AS CRÍTICAS AO NOVO PROCEDIMENTO E A POSIÇÃO DOS SÓCIOS MINORITÁRIOS – VANTAGEM OU DESVANTAGEM?

Este novo procedimento tem sido alvo de algumas críticas.

A primeira delas é precisamente a preterição do processo deliberativo e consequente substituição por uma decisão unilateral do sócio que reúna as condições necessárias (3/4 do CS) ou por acordo entre os sócios que conjuntamente representem esta fração de capital. No entanto, devemos esclarecer que, apesar de neste novo procedimento de aumento de capital não estarmos perante uma deliberação propriamente dita, mas sim de uma decisão unilateral do sócio controlador, há quem entenda que este procedimento poderá, ainda assim, ser qualificado como uma deliberação. Justifica-se este entendimento recorrendo-se ao

⁸⁴PLMJ “A simplificação e a simplexização O que mudou no direito das sociedades comerciais a partir de 01.07.2017?” Jul/2017
www.plmj.com/xms/files/newsletters/2017/julho/Entre_a_Simplificacao_e_a_Simplexizacao.pdf
(consult.em 26/abr/2018)

que diz respeito às sociedades unipessoais por quotas. Nestas sociedades as decisões ou decisão do sócio único são equiparadas às deliberações para efeitos legais (art.270.º-E)⁸⁵.

Na opinião de alguns AA., tal solução aumenta a insegurança jurídica e promove a litigiosidade entre sócios maioritários e sócios minoritários no seio da sociedade⁸⁶. Por outro lado, existem AA. que discordando da posição acima, acreditam não haver possibilidade de a presente solução permitir comportamentos abusivos por parte da maioria em detrimento da minoria, porquanto a vontade da maioria apenas prevalecerá se os sócios minoritários assim o entenderem⁸⁷. ARMANDO TRIUNFANTE⁸⁸, vai mais longe considerando que, neste procedimento, os sócios minoritários (ou restantes sócios) estão aqui melhor representados do que em AG, precisamente porque cada sócio tem um direito de veto, o que não aconteceria em AG, já que a outra “fração” teria a maioria de capital suficiente para avançar.

Nós também entendemos que este novo procedimento acaba por ser mais vantajoso para os sócios minoritários, por todas as razões acima mencionadas. Mas tal tutela dispensada a estes sócios pode comprometer a finalidade do regime de facilitar e agilizar a operação do aumento de CS, uma vez que, tal como PAULO DE TARSO DOMINGUES refere⁸⁹, a mesma depende “da vontade e dos caprichos de qualquer sócio, por mais pequena que seja a sua quota”.

Podem, no entanto, os sócios maioritários não querer estar na disposição do arbítrio de um qualquer sócio. Assim, tratando-se de um ou vários sócios que possuam a maioria do capital para aprovar uma alteração do contrato, poderão prescindir do novo procedimento e preferir aprovar o aumento de capital em AG, devidamente convocada para o efeito (art.248.º/3). O disposto no art.89.º/4⁹⁰ será igualmente aplicável, não sendo um exclusivo do novo procedimento. Assim, será igualmente dispensada a avaliação do crédito de suprimentos por parte de um ROC, sendo somente exigível a declaração de um contabilista ou ROC conforme

⁸⁵O prof. Armando Triunfante manifestou este entendimento no V Congresso do Direito das Sociedades em Revista, realizado nos dias 20-21 de Abril de 2018.

⁸⁶Com esta posição, *Vd.* GOMES, José Ferreira - “A alteração dos arts. ...” ob. cit., p.540

⁸⁷PAULO DE TARSO DOMINGUES *in* “A conversão de suprimentos em capital social ...” ob. cit.

⁸⁸Posição manifestada no V Congresso do Direito das Sociedades em Revista.

⁸⁹DOMINGUES, Paulo de Tarso - “A conversão de suprimentos em capital social ...” ob. cit., p.160.

⁹⁰Esta norma tem carácter geral, pelo que é aplicável quer o aumento por conversão de suprimentos se dê pelo novo procedimento, quer se dê através de uma AG.

prescreve o n.º4 do art.89.º. PAULO TARSO DOMINGUES defende que, por este motivo, os sócios majoritários terão pouco interesse em recorrer ao novo procedimento.

Outra das críticas que se coloca, e que também se relaciona com a preterição do processo deliberativo, é a falta de informação a que os sócios minoritários estarão sujeitos. Ora, não poderemos concordar com esta posição. Há um aumento de capital que resulta de uma declaração unilateral do(s) sócio(s) majoritário(s), a qual é comunicada à gerência e esta, por sua vez, no prazo de 10 dias comunica aos restantes sócios – os sócios minoritários. Estes, como já referimos, dispõem também de um prazo de 10 dias para se oporem. Este prazo de 10 dias para além do fim já referido – a oposição ou não oposição – serve também para que possam pedir as informações que julguem necessárias. O direito à informação é um direito dos sócios, tal como prescreve o art.214.º. Para além disso, na nossa opinião é aplicável, neste caso, o disposto no n.º 7 do art.214.º, que nos remete para o art.290.º. Apesar de não se tratar de uma deliberação em AG, o sócio tem o direito de requerer e de que lhe sejam prestadas “informações verdadeiras, completas e elucidativas que lhe permitam formar opinião fundamentada”, neste caso, sobre o aumento de capital por conversão de suprimentos.

Os sócios minoritários, pretendendo opor-se não precisam de fundamentar tal oposição. Não tem que ser motivada, uma vez que na lei não há qualquer indicação dessa necessidade. O que, a nosso ver, apoia ainda mais a opinião de que neste procedimento os sócios minoritários estão melhor representados do que estariam em AG.

4.5. QUE SUPRIMENTOS ESTÃO PREVISTOS NESTAS ALTERAÇÕES?

Colocam-se várias questões aqui.

A primeira é a de saber se o sócio controlador pode levar ao aumento de capital a conversão de suprimentos que não sejam seus. Parece-nos que não. Apenas podem ser convertidos os suprimentos que pertençam ao sócio que tome a iniciativa de comunicar à gerência o aumento de capital, estando, por isso, a nosso ver, excluída a hipótese de um determinado sócio, ainda que sozinho tenha a maioria necessária para aprovar a alteração do contrato, determinar a conversão de suprimentos que pertençam a outros sócios. Mas nada impede que esses sócios, querendo também converter os seus suprimentos, o façam, devendo estes comunicar tal intenção no

prazo de que dispõe para deduzir a oposição. Trata-se, no entendimento de PAULO DE TARSO DOMINGUES, de uma solução imposta pelo fundamental princípio de direito societário da igualdade de tratamento dos sócios⁹¹.

Outra questão que se coloca é a de saber se o sócio, que por si ou conjuntamente com outros sócios, detenha(m) o capital necessário para alteração do contrato, poderá levar à conversão, para efeitos de aumento de capital, apenas uma parte do(s) seu(s) crédito(s)? Entendemos que sim. Nada na lei nos parece condicionar o(s) sócio(s) nesse aspeto. Para tal, bastará que o(s) sócio(s) na comunicação dirigida à gerência indique(m) qual o montante que pretende(m) que seja levado a capital⁹².

Questiona-se, também, caso o sócio transmita a sua quota na sociedade e, portanto, deixe de ser sócio, o que acontece ao crédito de suprimentos de que seja titular. Mantendo, o ex-sócio, o crédito sobre a sociedade, este continua submetido ao regime dos suprimentos. Mas, naturalmente, deixa de poder ser convertido em aumento de capital.⁹³ O respetivo titular deixando de ser sócio nunca poderia por em marcha um procedimento que conduz ao aumento de capital, estando, obviamente, tal procedimento reservado a quem tenha a qualidade de sócio na sociedade. Por seu turno, os restantes sócios não poderão levar este crédito a um aumento de capital, porquanto o crédito não lhes pertence e, como visto anteriormente, os sócios só podem por em marcha este novo procedimento com créditos de suprimentos que lhes pertençam.

No V Congresso do Direito das Sociedades em Revista, aquando o debate acerca deste tema, levantou-se a questão acerca do objeto dos suprimentos passíveis de serem convertidos em aumento de capital. ARMANDO TRIUNFANTE⁹⁴, manifestou opinião no sentido de que este novo procedimento pode, única e exclusivamente, incidir sobre os suprimentos que tenham tido na sua fonte, no seu objeto inicial, o dinheiro. Isto porque, segundo o mesmo, caso contrário seria por em causa todas as regras, todos os princípios relacionados com a avaliação das entradas, mais concretamente a dispensa da avaliação do ROC.

⁹¹DOMINGUES, Paulo de Tarso - “A conversão de suprimentos em capital social ...” ob. cit., p. 161.

⁹²Também neste sentido, DOMINGUES, Paulo de Tarso - “A conversão de suprimentos em capital social ...” ob. cit., p. 160.

⁹³ARMANDO TRIUNFANTE *in* V Congresso de Direito das Sociedades em Revista.

⁹⁴*In* V Congresso de Direito das Sociedades em Revista.

4.6.O PROBLEMA DO VALOR DA ENTRADA A CONSIDERAR PARA EFEITOS DO AUMENTO DE CAPITAL

*“O crédito é uma mercadoria que pode e deve ser reavaliada”*⁹⁵. Ora, quer isto dizer que, o crédito a transferir para a sociedade, quer no momento da sua constituição, quer no aumento do CS, tem de ser quantificado em função do seu valor de mercado (ou valor real).

Ao aumento de capital por conversão de suprimentos é aplicável, igualmente, o regime geral previsto para o aumento de capital por novas entradas. Assim, estabelece o art.89.º/1 que o regime aplicável às entradas efetuadas pelos sócios, num aumento de capital social, é o mesmo que se encontra previsto para o momento da constituição da sociedade. O que nos remete para o art.25.º, pelo que o valor nominal da participação social não pode exceder o valor real da entrada do sócio⁹⁶.

Apesar de, através deste novo procedimento, se prescindir da avaliação pelo ROC, o valor nominal atribuído às participações sociais que resultem deste aumento não pode ser superior ao valor dos créditos convertidos em capital. I.e., o valor real do crédito de suprimentos deve ser o limite do aumento do valor das quotas e do CS⁹⁷.

4.6.1. Responsabilidade pelo erro na avaliação da entrada

Não parecem existir dúvidas quanto a este ponto, no sentido de que, se o valor nominal do crédito convertido for superior ao seu valor real, é aplicável, analogicamente o disposto no art.25.º/3. Ou seja, existindo erro na avaliação, o sócio (aquele ou aqueles que procederam à conversão dos seus créditos de suprimentos em aumento de capital) pode responder, perante a sociedade, pela diferença entre o valor real da sua entrada (no momento do aumento de capital) e o valor nominal da sua participação⁹⁸.

Qualquer credor poderá exigir ao sócio que realize esta diferença (art.30.º/1 a)).

⁹⁵Parecer do Conselho Técnico do Instituto De Registos e Notariado (IRN) no Proc. n.º 64/93 R. P. 4, de 1994, segundo o qual o valor é determinado em função “da sua consistência, pela solvabilidade do devedor, pelo juro que produz, pela dificuldade em cobrá-lo, pelo interesse que exista na sua aquisição (...)”.

⁹⁶Trata-se do princípio da exata formação do capital. Princípio fundamental, não só do nosso direito, mas também do direito europeu, conforme se pode comprovar pelo art. 47.º da Diretiva Codificadora.

⁹⁷DOMINGUES, Paulo de Tarso - “A conversão de suprimentos em capital social ...” ob. cit., p. 160

⁹⁸Neste sentido, DOMINGUES, Paulo de Tarso - “A conversão de suprimentos em capital social ...” ob. cit., p. 163; e GOMES, José Ferreira - “A alteração dos arts. ...” ob. cit., p. 543.

Também os gerentes poderão ser responsabilizados, até mesmo criminalmente (art.509.º/1)⁹⁹. Cabe a estes uma administração diligente, pelo que devem exigir aos sócios, em nome da sociedade, a efetiva e integral realização das suas entradas. Caso contrário, respondem perante a sociedade e perante os credores. No caso da sociedade pelos prejuízos a esta causados (art.72.º/1) e no caso dos credores pela violação das normas protetoras destes, nomeadamente a violação das normas relativas à efetiva realização do CS (art.78.º/11 e art.483.º/1 do CC).

4.7.APLICABILIDADE DO NOVO PROCEDIMENTO ÀS SA

O art.87.º, expressamente, limita o aumento de capital por conversão de suprimentos às SQ. Assim, parece-nos claro que um sócio de uma SA (acionista) não pode, unilateralmente, requerer que os seus suprimentos sejam levados a capital. No entanto, poder-se-ia questionar se, querendo os acionistas, através de uma deliberação em AG, converter os seus suprimentos em capital, se poderia prescindir da avaliação do ROC independente. E poder-se-ia colocar esta questão porquanto no art.89.º, ao contrário do que sucede no art.87.º, não se restringe a aplicação do seu regime a um único tipo social.

A resposta é clara: por força do art.49.º da Diretiva Codificadora, nas SA impõem-se que as entradas em espécie sejam, necessariamente, avaliadas por um ROC independente.

Afasta-se, portanto, a aplicabilidade deste novo procedimento às SA.

⁹⁹Na prática tal não acontece. *Vd.* GOMES, José Ferreira - “A alteração dos arts. ...” ob. cit., p. 543 e CUNHA, Paulo Olavo - “Direito das sociedades comerciais, 6.ª ed., Almedina, 2016, p.940.

CONCLUSÃO

Após a elaboração do presente estudo, cumpre refletir e apurar as ilações que dele advém.

As alterações introduzidas pelo DL.79/2017 são louváveis pelos objetivos a que se propõem satisfazer, nomeadamente pela simplificação do processo de aumento de capital, aqui na modalidade de incorporação de suprimentos. Contudo, não nos parece ter sido alcançado o sucesso desejado. Tratou-se de uma reforma confusa e pouca clara, tendo sido diversas as dúvidas suscitadas.

Sendo verdade que um sócio que detenha a maioria de capital (no mínimo 75%) pode desencadear este novo procedimento de aumento de capital social, através de uma comunicação à gerência, também é verdade que o prosseguimento do mesmo está dependente da concordância de todos os outros sócios, bastando que um não aceite para que não se possa levar avante o referido aumento de capital. Ora, compromete-se, assim, o principal objetivo do procedimento: a simplificação.

Se à primeira vista se poderia pensar que este procedimento iria favorecer os sócios majoritários em detrimento dos sócios minoritários, concluímos exatamente o oposto. Aqui os sócios minoritários estão melhor representados do que numa AG, tendo todos, e cada um por si, um direito de veto.

Parece-nos que o procedimento não vai ser tão solicitado como se pensou que seria aquando a aprovação do DL.79/2017. Não acreditamos que um sócio majoritário queira estar nas mãos dos “caprichos” dos sócios minoritários. E tendo aquele sócio a maioria necessária para a alteração do contrato de sociedade, poderá aprovar o aumento de capital em AG, devidamente convocada para o efeito, aplicando-se igualmente a dispensa de avaliação do crédito por um ROC independente.

Talvez seja esta a grande vantagem que o DL.79/2017 trouxe – a dispensa da avaliação do crédito por um ROC independente. Mas também aqui se podem tecer algumas críticas, nomeadamente, numa situação em que o crédito em causa não tenha tido por origem o dinheiro.

Em suma, parece-nos que estas alterações mais do que facilitar o funcionamento e desenvolvimento das sociedades, tenderá a ser um foco de tensão e de problemas para estas.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Jorge Manuel Coutinho.

- (2014). *Curso de Direito Comercial* (4ª ed., Vol. II). Coimbra: Almedina.

- (Coord.) (2010). *Código das Sociedades em comentário* (Vol. I). Coimbra: Almedina.

- (Coord.) (2009). *Código das Sociedades Comerciais Anotado e Regime Jurídico de Procedimentos Administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais*. Almedina.

ANDRADE, Manuel. (s.d.). *Teoria Geral da Relação Jurídica - sujeitos e objeto* (3ª reimpressão da edição de 1960 ed., Vol. II).

BMJ, n.º 32 (Setembro de 1952) – *Ac. STJ de 29 de Julho de 1952*

CAMPOBASSO, G. F. (1995). *Diritto commerciale - Diritto delle società* (Vol. II). Torino: Utet.

CANAS, Maria Gomes da Silva Mirrado. (2011). *O contrato de Suprimento como (nova) forma de financiamento societário*. Dissertação de mestardo em Direito das Empresas, Lisboa, Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa.

Código Ferreira Borges (1833) - www.fd.unl.pt/anexos/investigacao/3972.pdf
Consult. 3/mai/2018

Código Commercial in Diário do Governo (1888) - www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/sections/leis-da-justica/pdf-ult/codi-comercial-de-1888/downloadFile/file/CodComercial.pdf?nocache=1188821262.8,
Consult. 1/mai/2018

CORDEIRO, António Menezes.

- (2003). Escrituração mercantil, prestação de contas e disponibilidade do ágio. Em *Estudos em homenagem ao Professor Inocêncio Galvão Telles* (Vol. IV). Coimbra: Almedina.
- (2007). *Manual de Direito das Sociedades - das Sociedades em especial* (2ª ed., Vol. II). Almedina.

CORREIA, A. Ferrer. (1968.). *Lições de Direito Comercial (Sociedades Comerciais - Doutrina Geral)* (Vol. II). Coimbra.

CORREIA, Luís Brito. (s.d.). *Direito Comercial - Sociedades Comerciais* (Vol. II). Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito.

CORREIA, Pupo e outros. (2009). *Direito Comercial - Direito da Empresa* (11ª ed.). Lisboa: Ediforum.

COTINNO, G. (1999). *Diritto commerciale (tomo 2)* (Vol. I). Padova: Cedam.

CUNHA, Paulo Olavo.

- (2012). *Direito das Sociedades Comerciais* (5ª ed.). Coimbra: Almedina.
- (2017). *Direito das Sociedades Comerciais* (5ª ed.). Coimbra: Almedina.

DOMINGUES, Paulo de Tarso.

- (2004). *Do Capital Social - Noção, Princípios e Funções (STVDIA IVRIDICA 33)* (2ª ed.). Coimbra Editora.
- (2015). Capital e Patrimónios Sociais, Lucros e Reservas, *Estudos de Direito das Sociedades*, (Coord. de Coutinho de Abreu), (12ª ed.). Almedina.
- (2015). Distinção entre capital social e património social. Em C. d. Abreu, *Estudos de Direito das Sociedades*, (Coord. de Coutinho de Abreu), (12ª ed.). Almedina.

- (2017). A conversão de suprimientos em capital social (DL n.º79/2017, de 30 de Junho). *Direito das Sociedades em Revista*, 18, Almedina.

- (s.d.). O regime das entradas no código das sociedades comerciais. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, vol.3, Coimbra Editora.

DUARTE, Rui Pinto. (2008). *Escritos sobre Direito das Sociedades*, Coimbra Editora.

FARIA, Catarina Pastor Fernandes Arraios. (2014). *A subcapitalização das Sociedades Comerciais*. – Dissertação de mestrado em Direito das Empresas, Lisboa, Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa.

FENGHI, Francesco. (1974). *La riduzione del capitale. Premesse per una ricerca sulla funzione del capitale nelle società per azioni*. Milano: Giuffrè.

FERREIRA, Ânia Sofia Pais. (2017). *Capital Social Mínimo – Proteção de credores nas sociedades fechadas através de regras legais de capital social mínimo?*, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

FERREIRA, Rogério. (1963). O conceito de Suprimento e o Código do Imposto de Capitais. *Ciência e Técnica Fiscal* (Vol. nº59).

GOMES, José Ferreira. (2017). A alteração dos artigos 87.º e 89.º do CSC pelo Decreto-lei n.º79/2017, de 30 de junho: conversão de créditos de suprimientos em capital. *Revista de Direito das Sociedades*, n.º3 Ano IX.

GONÇALVES, Luiz da Cunha. (1914). *Comentário ao Código Comercial Português*. Lisboa: Editora J.B.

LOURENÇO, Santos. (1926). *Das Sociedades por Quotas* (11ª ed., Vol. I). Lisboa: Livraria Morais.

MEIRA, Deolinda Maria Moreira Aparício. (2005). O contrato de suprimentos enquanto meio de financiamento da sociedade. *Revista de Ciências Empresariais*, 2.

METELO, Sofia Gullander. (2013). *Aumento de Capital Social por “conversão” de créditos sobre a sociedade, nomeadamente de créditos resultantes de prestações suplementares*. Dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Parecer do Conselho Técnico do Instituto De Registos e Notariado (IRN) no Proc. n.º 64/93 R. P. 4, de 1994

PEREIRA, João Aveiro. (2001). *O contrato de suprimentos* (2ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

PINTO, Alexandre Mota. (s.d.). *Do contrato de suprimentos. O financiamento da sociedade entre capital próprio e capital alheio* (1ª ed.). Almedina.

PLMJ “A simplificação e a simplexização O que mudou no direito das sociedades comerciais a partir de 01.07.2017?” Jul/2017

[www.plmj.com/xms/files/newsletters/2017/julho/Entre a Simplificacao e a Simplexizacao.pdf](http://www.plmj.com/xms/files/newsletters/2017/julho/Entre_a_Simplificacao_e_a_Simplexizacao.pdf), Consult. 1/mai/2015

Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2016. www.dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/75158988/details/maximized

RIBEIRO, Maria de Fátima. (2016). *A Tutela dos Credores da Sociedade por Quotas e a "Desconsideração da Peronalidade Jurídica"*. Almedina.

ROCHA, Maria Vitória. (1994). *Aquisição de ações próprias no código das sociedades comerciais*. Coimbra: Almedina.

TRIUNFANTE, Armando. (2007). *Código das Sociedades Comerciais - Anotado*. Coimbra: Coimbra Editora.

VENTURA, Raúl. (s.d). A Reforma das Sociedades por Quotas. *Scientia Iuridica*, n.º99-100.

JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Central Administrativo do Sul

- Processo n.º 05097/01 de 29 de junho de 2005
- Processo n.º 02073/07 de 19 de dezembro de 2007

Tribunal da Relação de Lisboa

- Processo 0018189 de 31 de outubro de 1978

Tribunal da Relação do Porto

- Processo n.º 1077/12.1TYVNG.P1 de 18 de novembro de 2013

Supremo Tribunal de Justiça

- Processo n.º 1077/12.1TYVNG.P1 de 29 de Novembro de 2012